

**DIEGO FABRICIO DAMIANI**

**MORANDO SÓ: UM PERFIL DAS UNIDADES DOMÉSTICAS  
UNIPESSOAIS EM SANTA CATARINA SEGUNDO O CENSO  
DEMOGRÁFICO 2010**

Florianópolis

2013



**DIEGO FABRICIO DAMIANI**

**MORANDO SÓ: UM PERFIL DAS UNIDADES DOMÉSTICAS  
UNIPESSOAIS EM SANTA CATARINA SEGUNDO O CENSO  
DEMOGRÁFICO 2010**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado junto ao curso de Ciências Sociais do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do título de bacharel.

Orientador: Prof Dr. Erni José Seibel

Florianópolis

2013



**DIEGO FABRICIO DAMIANI**

**MORANDO SÓ: UM PERFIL DAS UNIDADES DOMÉSTICAS  
UNIPESSOAIS EM SANTA CATARINA SEGUNDO O CENSO  
DEMOGRÁFICO 2010**

Este Trabalho de conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “Bacharel”, e aprovado em sua forma final pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Local, 27 de Fevereiro de 2013.

---

Prof. Thiago Bahia Losso, Dr.  
Coordenador do Curso

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Erni José Siebel, Dr.  
Orientador  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Julian Borba, Dr.  
Co-Orientador  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Gilmar Rodrigues, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina



## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente minha família, estendendo à minha avó, tios, tias e primos, pois todos, com sua alegria, proporcionaram sempre um ambiente saudável e tranqüilo para os meus estudos. Sou um privilegiado de ter ao meu lado uma família assim. Em especial minha tia Iara Regina Damiani, disposta a prestar toda sua experiência acadêmica de doutorado ao meu favor.

Aos meus amigos do curso de ciências sociais. Sentirei falta de nossas conversas de corredor nos intervalos das aulas: de política e economia, passando por futebol e novela, até chegar na observação participante das alunas de vários cursos no café do CED. Muitas risadas.

Um agradecimento especial à Professora Dr<sup>a</sup>. Elizabeth Farias da Silva, do curso de Ciências Sociais, que prontamente auxiliou com livros para meu estudo e também sua orientanda Maristela Fabro, que auxiliou na elaboração do projeto de pesquisa.

Ao orientador Erni José Seibel, agradeço a paciência com minha falta de tempo e empenho por vezes. Agradeço também a banca nas pessoas de Gilmar Rodrigues e Eder Rodrigo Gimenes, que prontamente disponibilizaram auxiliar-me tendo pouco tempo para tal.

Agradeço minhas colegas de trabalho, como diria o apresentador Silvio Santos, pela paciência e por aturarem meu mau humor e sono às vezes.

Por fim, citando o escritor Gibran, “a vida sempre me deu ouro” e neste momento de universidade não foi diferente. Alguns pequenos problemas ocorreram em minha vida, claro, foram cinco anos, mas eu tinha o mais importante e sempre “tirei de letra”: saúde.

Agora percebo que se aproxima o momento de retribuir todo este ouro que venho ganhando há décadas da vida.



*“De entre as mudanças que estão por acontecer em todo o mundo, nenhuma são mais importantes do que as que afetam a nossa vida pessoal: sexualidade, relações, casamentos e família. Estamos no meio de uma revolução acerca da forma como pensamos de nós próprios e sobre a maneira como estabelecemos laços e ligações com os outros. É uma revolução que avança a velocidade desigual, conforme as regiões e as culturas, enfrentando muitas resistências [...] Não podemos, porém, optar por abandonar a onda de mudanças que penetra bem no âmago das nossas vidas afetivas.”*

(Anthony Giddens, 2000).



## RESUMO

Em Santa Catarina vem sendo detectado o aumento de domicílios compostos por um morador. Este fenômeno, captado pelas pesquisas domiciliares não somente no Brasil, mas também em outros países da Europa, por exemplo, tem origens diversas e proporciona abordagens também diversas e complementares (estatísticas, sociológicas, antropológicas e demográficas). O presente trabalho visa o estudo desta espécie de unidade doméstica em Santa Catarina. Para tal, resolvemos elaborar um perfil da população que constitui estes domicílios através dos quesitos sexo, idade, renda e sua distribuição na área urbana e rural; assim como sua evolução, estabelecendo comparações com anos anteriores (1991 a 2010). A relevância deste trabalho está na elaboração do padrão evolutivo destas unidades domésticas ao longo dos últimos vinte anos em Santa Catarina e do perfil da população que as compunha em 2010, além de investigar as causas deste fenômeno.

**Palavras chave:** Família. Unipessoais. Santa Catarina.



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percentual dos tipos de Família 1993/2011 no Brasil.....	21
Gráfico 2 - Percentual de Unidades domésticas Unipessoais por microrregião em Santa Catarina 2010 .....	33
Gráfico 3 - População (%) residente por sexo – Santa Catarina 1991/2010.....	44
Gráfico 4 - Total (%) de domicílios unipessoais por sexo, segundo as microrregiões de Santa Catarina – 2010.....	46
Gráfico 5 - Ranking das três maiores e três menores proporções de domicílios Unipessoais com responsáveis mulheres, por município – Santa Catarina - 2010.....	47
Gráfico 6 - Ranking Unipessoais com responsáveis mulheres de 15 a 29 anos, por município – Santa Catarina – 2010 .....	48
Gráfico 7 - Domicílios unipessoais (%1) por grupos de idade e sexo do responsável – Santa Catarina - 2010.....	53
Gráfico 8 - Unipessoais (percentual) por grupos de idade – Santa Catarina 2010.....	54
Gráfico 9 - Unipessoais (percentual) por grupos de idade – Microrregião do Tabuleiro - 2010 .....	55
Gráfico 10 - Unipessoais (percentual) por grupos de idade – Microrregião de Florianópolis - 2010.....	56
Gráfico 11 - Proporção da população residente, por situação do domicílio – 1950/2010 – Santa Catarina .....	67



**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Total de Domicílios com um morador 1991/2010 – Brasil e Santa Catarina .....	32
Tabela 2 - Total de domicílios unipessoais (relativo e absoluto), segundo sexo do responsável – Santa Catarina – 1991/2010 .....	44
Tabela 3 - População residente (percentual) por grupos de idade – 1991/2010 – Santa Catarina.....	50
Tabela 4 - Número de Unipessoais (relativo e absoluto) por grupos de idade 1991/2010 – Santa Catarina.....	56
Tabela 5 - Separações judiciais (%) concedidas em 1ª instância, por grupos de idade do marido e da mulher 2011 – Santa Catarina.....	59
Tabela 6 - Óbitos de pessoas que haviam residido com moradores dos domicílios particulares, ocorridos de agosto de 2009 a julho de 2010 por sexo e grupo de idade da pessoa falecida – Santa Catarina .....	63
Tabela 7 - Domicílios unipessoais, segundo sexo do responsável e situação – Santa Catarina - 2010.....	69
Tabela 8 - Total de Domicílios (percentual) por situação rural e sexo - 2010 - Santa Catarina .....	71
Tabela 9 - Total de Unipessoais (relativo e absoluto) por classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita – 2010 – Santa Catarina .....	72
Tabela 10 - Unipessoais (%) por classes de rendimento per capita – 1991/2010 – Santa Catarina.....	73



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>UMA ABORDAGEM SOBRE A FAMÍLIA</b> .....	<b>11</b>
2.1	FAMÍLIA: UMA INSTITUIÇÃO SOCIAL.....	11
2.2	CONCEITOS SOBRE FAMÍLIA .....	13
<b>3</b>	<b>MUDANÇAS NAS FAMÍLIAS</b> .....	<b>18</b>
<b>4</b>	<b>NOTAS TÉCNICAS SOBRE O CONCEITO DE UNIDADES UNIPESSOAIS PARA O IBGE</b> .....	<b>27</b>
<b>5</b>	<b>DOMICÍLIOS UNIPESSOAIS/PESSOA “SOZINHA”</b> .....	<b>30</b>
5.1	CAUSAS.....	38
5.2	SEXO.....	43
5.3	SEXO E IDADE.....	49
5.4	SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEXO E IDADE .....	65
5.5	RENDA, SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E SEXO .....	71
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>77</b>
<b>7</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>80</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Nomes clássicos nas Ciências Sociais como Émile Durkheim, Antony Giddens, Talcott Parsons, Lévi Strauss, Pierre Bourdieu, entre outros, abordaram sobre o tema família, ainda que não fosse, por vezes, o foco principal de suas obras. Este interesse pode ser explicado pelo fato de que a relação entre indivíduo e sociedade é uma das grandes questões sociológicas; o processo histórico de um indivíduo é um processo social e a família, segundo muitos autores, tem um papel-chave na socialização dos seus membros.

Podemos medir a importância atribuída à família quando reparamos na vasta quantidade de pesquisadores de áreas diversas que se debruçam sobre o tema: antropólogos, sociólogos, demógrafos, psicólogos, assistentes sociais, entre outros. Nas políticas públicas podemos destacar o fato de que um dos maiores programas de transferência de renda do mundo, o Bolsa Família, (MDS, 2009) tem sua matriz de atuação nesta instituição.

A família é alvo de interferências externas, assim, a adoção de alguns novos hábitos e a transformação de outros acaba refletindo no cotidiano doméstico: a redução no número de seus componentes; o aumento relativo de outros arranjos familiares (monoparentais, casais do mesmo sexo, casais sem filho); separações, recasamentos; a postergação da idade da mulher para o primeiro filho, entre tantas outras são alguns exemplos de mudanças nas relações familiares.

As famílias estão ficando heterogêneas quanto sua composição e homogêneas quanto ao seu tamanho, fruto este último, das quedas das taxas de fecundidade que acabam diminuindo o tamanho das famílias (MEDEIROS; OSÓRIO, 2002). Mas isto não é o fim da família como alguns defendem, é sinal que ela é dinâmica.

Estas mudanças nos são apresentadas também através das pesquisas domiciliares, como os Censos Demográficos, por exemplo, que vem acompanhando e captando estas mudanças. Assim, o aumento de outro arranjo domiciliar vem sendo detectado e ganhando evidência: as unidades domésticas do tipo unipessoal (domicílios formados por um morador).

Este trabalho objetiva apresentar os resultados para as unidades domésticas unipessoais em Santa Catarina segundo o Censo Demográfico 2010 através dos quesitos investigados sexo, idade, renda

e localização do domicílio (urbano ou rural), elaborando assim um perfil da população que compõe estas unidades.

## 2 UMA ABORDAGEM SOBRE A FAMÍLIA

Por tratar este trabalho das unidades domésticas unipessoais, ou como usualmente tratadas pelos pesquisadores do tema, dos “arranjos unipessoais” ou “famílias unipessoais”, a família será o de pano de fundo para este trabalho. Para a melhor compreensão do fenômeno do aumento das unidades domésticas unipessoais optamos abordar minimamente as transformações familiares e outras informações que passam pelo tema família. Deste modo, faremos algumas abordagens sobre a família, mesmo não sendo objeto principal da pesquisa, para posteriormente elaborarmos um perfil destas unidades domésticas unipessoais em Santa Catarina.

### 2.1 FAMÍLIA: UMA INSTITUIÇÃO SOCIAL

Um dos focos de estudo da sociologia, entre outras questões, é o estudo das instituições sociais. Nas leituras sobre o tema família nas Ciências Sociais, não será incomum encontrá-la referenciada como sendo uma instituição social; vejamos alguns exemplos: a família é “normalmente o primeiro grupo social a que pertencemos, **e entre todas as instituições sociais** é aquela com a qual mantemos contatos mais íntimos.” (TORRE, 1984, p. 188, grifo meu). Outro exemplo: segundo Fukui (apud MATTOSINHOS, 2006, p. 14, grifo meu), a família pode ser abordada segundo três ângulos complementares:

- a) Condições de Vida (Se ocupa primordialmente das condições materiais, isto é da manutenção da vida, tais como: vestir, comer, abrigar);
- b) **Instituição** (Pode ser entendida como um conjunto de normas e regras, historicamente constituídas, que regem as relações de sangue, adoção, aliança, definindo a filiação, os limites do parentesco, da herança e do casamento) e
- c) Valor (Pode ser entendida como um conjunto de valores definidos como ideologia, estereótipos, imagens e representações sobre o que ela “é” e “deve ser”).

São apenas dois exemplos de tantos outros que você encontrará quando pesquisar sobre o tema família.

Mas o que são instituições? Para Torre (1984, p. 183), instituições sociais são “costumes duradouros e organizados que se impõe coercitivamente aos indivíduos”. Nascemos em uma família, ingressamos em uma escola, pertencemos a uma igreja, casamos e quando morremos, somos sepultados em um cemitério. Família, escola, igreja, casamento, sepultamento, cemitério: tudo isso é instituição social. Ao longo do nosso ciclo de vida somos absorvidos e temos nossos comportamentos norteados por estas instituições; deste modo, as instituições acabam servindo também como meios de controle e regulação social (TORRE, 1984).

O sociólogo Therborn (2006, p. 12), adota instituição como “um conjunto de normas definindo direitos e obrigações dos membros<sup>1</sup> e limites entre eles e os não-membros”:

**Como instituições, os sistemas familiares** podem ser considerados sistemas em equilíbrio, em que as definições sociais correspondem às visões sociais, direitos e vantagens correspondem a poderes e as desvantagens e obrigações correspondem à dependência e a falta de recursos (p. 434, grifo meu).

De acordo com Therborn, percebemos que há na família, assim como em outras instituições sociais (escola, igreja ou no Estado) relações de poder: “as relações de poder estão inscritas nos direitos e obrigações dos membros da família.” (THERBORN, 2006, p. 12).

As instituições sociais possuem uma função, como a de controlar o comportamento dos indivíduos nos grupos e na sociedade, por exemplo, e uma estrutura, que também pode ser vista como os meios para realizar o fim da instituição (TORRE, 1984)

---

<sup>1</sup> Para Alain Coulon (1995), tornar-se um membro significa filiar-se a um grupo, a **uma instituição**. Um membro não é apenas uma pessoa que respira e pensa. É uma pessoa dotada de um conjunto de modos de agir que a fazem capaz de inventar dispositivos de adaptação para dar sentido ao mundo que a cerca. É alguém que exibe a competência social que o agrega a esse grupo lhe permitindo fazer-se. (página 48, **grifo meu**)

Resumindo as inúmeras funções preenchidas pela família, Torre (1984) destaca ou considera quatro básicas: a sexual, reprodutiva, econômica e educacional.

Pelas funções que desempenha:

A família é considerada instituição fundamental da sociedade. Não se trata apenas de um grupo biológico: também é regida por normas, costumes e sanções que regulamentam sua constituição, sobrevivência e dissolução (TORRE, p. 188).

O sociólogo Viana (2006, p. 108-9) enfatiza uma das funções da família: o seu papel de socialização.

A socialização é um processo no qual, por um lado, o indivíduo se torna um ser social e, por outro, se torna um indivíduo integrado em determinadas relações sociais. [...] A família assume papel fundamental no processo de socialização. [...] A família socializa a criança repassando sua cultura, seus valores, suas condições sociais de existência.

De fato, a relação entre indivíduo e sociedade é uma das grandes questões sociológicas, senão a primeira; e o processo histórico de um indivíduo é um processo social e a família tem um papel-chave nessa socialização e na institucionalização dos filhos, constituindo, conforme apontou Viana, o canal pelo qual uma criança, por exemplo, absorve os valores e as normas da sociedade.

## 2.2 CONCEITOS SOBRE FAMÍLIA

Quanto ao conceito de família, afirmam Simionato e Oliveira (2003, p. 57) que “pode ser considerado até certo ponto subjetivo, pois depende de quem a define, do contexto social, político e familiar em que está inserido”.

Para Minuchin (1992) e Ribeiro e Sabóia (2008)<sup>2</sup>, qualquer estudo da família deve incluir a sua complementariedade com a sociedade; as funções e definições familiares também se modificam à medida que a sociedade muda; variam ao longo do tempo refletindo valores e concepções da sociedade a seu respeito; “a família mudará à medida que a sociedade muda.” (MINUCHIN, 1992, p. 55).

Segundo Lima (2006), o interesse pela compreensão científica da família foi sendo construído a partir do século XIX, especialmente com o desenvolvimento das ciências humanas e sociais vinculadas às grandes correntes do funcionalismo e do marxismo. Porém, continua a autora, foi a partir da segunda metade do século XX (1950), que os estudos sobre ela, na vertente do pensamento funcionalista norte-americano, “ganham força com vistas à elaboração de “modelos” que a retratassem. É a partir desta década que as pesquisas sobre família aparecem com mais frequência.” (LIMA, 2006, p. 17).

Mais especificamente, a década de 70 é importante para os estudos da família, pois representa o período em que estudiosos e pesquisadores do tema passam a dar mais visibilidade a outras formas de organização familiar (LIMA, 2006).

Bruschini (1989), em ampla revisão bibliográfica sobre o tema família, apresenta algumas conceituações segundo disciplinas e abordagens teóricas diversas.

A autora informa que na literatura sociológica, por exemplo:

A reflexão sobre família predominou na literatura funcionalista, que dominou o pensamento norte-americano a partir da década de 50. Segundo essa corrente, cujo maior expoente foi Talcott Parsons, a família é, sobretudo, uma agência socializadora, cujas funções concentram-se na formação da personalidade dos indivíduos. Tendo perdido, ao longo da história, as funções de unidade de produção econômica e de participação política, a família teria as funções básicas e irreduzíveis de socialização primária das crianças e de

---

<sup>2</sup> Indico o texto Família nas pesquisas Domiciliares: questões e propostas alternativas para aquele que queira conhecer a evolução do conceito de família para o IBGE ao longo dos anos.

estabilização das personalidades adultas da população (BRUSCHINI, 1989, p. 2).

A escola de Frankfurt também considera a família como agência socializadora e formadora da personalidade dos indivíduos, contudo:

Desenvolve uma linha de reflexão oposta a do funcionalismo. Critica o papel conservador desse grupo social e o elemento de dominação nele presente, cujo mecanismo central esmagador da liberdade é a autoridade do pai sobre o filho (BRUSCHINI, 1989, p. 3).

Na literatura marxista, informa Bruschini (1989) que a família não foi um tema privilegiado. Engels<sup>3</sup> (1981) procurou suprir essa lacuna abordando a relação entre o desenvolvimento da família e o desenvolvimento das forças produtivas.

Na concepção marxista, a discussão sobre família está ancorada na idéia que a reprodução da vida humana está integrada no universo geral da sociedade. Nela “os seres humanos são definidos por suas relações com o sistema de produção” e o “o fator determinante da História é a produção e a reprodução da vida imediata, onde se incluem tanto a produção dos meios de existência quanto a produção dos próprios seres humanos, ou a propagação da espécie” (BRUSCHINI, 1989 apud LIMA, 2006, p. 18).

Mais tarde, já na metade da década de 70, no bojo do movimento feminista se produziu acirrado debate sobre o trabalho e ambiente domésticos. Segundo os autores marxistas adeptos do movimento feminista (BRUSCHINI 1989; LIMA 2006):

A família seria um grupo social voltado para a reprodução da força de trabalho, no qual os

---

<sup>3</sup> ENGELS, Friedrich. A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado”, publicada pela primeira vez em 1884.

membros do sexo feminino se encarregariam da produção dos valores de uso na esfera privada, cabendo aos homens a produção dos valores de troca, através da venda de sua força de trabalho no mercado (BRUSCHINI, 1989, p. 3).

Sob a ótica da Assistência Social, a família é compreendida como um espaço contraditório, marcado por tensões, conflitos, desigualdades e violência (MDS, 2009). O conceito de família adotado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, é de que ela constitui-se em importante referência para instituição de vínculos e de participação social, devendo assim ser apoiada e protegida. A escolha pela “matricialidade sociofamiliar”, ou seja, a centralidade na família para todas as ações e serviços da política de assistência social do Governo, ocorre porque a sobrevivência e reprodução social da família, que tem laços de solidariedade e afetivos, pressupõem obrigações recíprocas e o compartilhamento de renda e ou dependência econômica (MDS, 2009); ou seja, para proteger a família precisa estar protegida.

Quanto ao estudo da família na Antropologia, Durham (apud BRUSCHINI 1989, p. 4) informa que ela é rica em dados que contestam a aparente “naturalidade” da família:

A antropologia mostra-nos que as relações muitas vezes coincidentes que conhecemos atualmente entre grupo conjugal, rede de parentesco, unidade doméstica/residencial podem se apresentar como instituições bastante diferenciadas em outras sociedades ou em diferentes momentos históricos. A família tem sido conceituada por esta disciplina como grupos de indivíduos ligados por elos de sangue, adoção ou aliança socialmente reconhecidos e organizados em núcleos de reprodução social. É essa a ciência que nos fornece provas de que todas as sociedades se organizam em torno de uma divisão sexual do trabalho.

De fato, destaca-se que a antropologia teceu uma tradição que desmonta muitas de nossas percepções sobre os sexos. A abordagem antropológica sugere uma nova interpretação a partir de trabalhos que estudaram a fundo outras sociedades.

Por fim, para os estudos demográficos, Bruschini (1989, p. 8), aponta que o interesse pelo tema família concretiza-se “a partir da revisão crítica das pesquisas de fecundidade, em fins da década de 60 e início de 70, quando a unidade familiar passa a ser percebida como o cenário onde são tomadas as decisões sobre o comportamento reprodutivo”. O crescente uso da família como unidade de análise pelos demógrafos está associado à perspectiva de reprodução da população como algo condicionado ou mesmo como algo que é decidido no interior desta unidade. “Enquanto a família for o principal regulador, todas as mudanças importantes de fecundidade devem ocorrer através do sistema familiar.” (THERBORN, 2006, p. 290). Surge a “demografia da família”, definida como o estudo dos determinantes de tamanho e composição das famílias e que abrange tantos aspectos demográficos (fecundidade, mortalidade, nupcialidade, etc) quanto os aspectos sócio-econômicos que atuam sobre a estrutura familiar através daqueles primeiros (ALTMANN, 1984; BRUSCHINI, 1989).

Na seqüência, o trabalho visa apresentar algumas mudanças nos arranjos familiares.

### 3 MUDANÇAS NAS FAMÍLIAS

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder [...] autotransformação e transformação das coisas em redor — mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que sabemos [...] A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais [...] ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança [...] Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo o que é sólido desmancha no ar” (BERMAN, 1986, p. 11).

A individualização pode ser considerada como um dos aspectos da modernidade que teve maior incidência sobre a família, alterando as suas próprias entranhas (LIMA, 2006, p. 24).

No cenário das transformações pelas quais vem passando a sociedade brasileira a família desponta como campo privilegiado de mudanças.

Para os autores Cioffi (1998), Lima, (2006); Mattosinhos (2006), Nascimento (2006), Ribeiro e Sabóia (2008) e Soares (2008), mudanças socioeconômicas, culturais e demográficas repercutiram na forma como os domicílios têm se estruturado e na definição dos papéis de homens e mulheres dentro e fora do espaço doméstico (alterando assim, os padrões de relacionamento entre seus membros).

O lento declínio no tradicional (e ainda dominante) arranjo familiar casal com filhos e o incremento de outros arranjos como os monoparentais (mulher ou homem sem cônjuge com filho), casais do mesmo sexo, casais sem filho, entre outros, são elementos que bem indicam transformações importantes na família do ponto de vista demográfico, sociológico e antropológico, por exemplo.

Na mesma linha, Nascimento (2006) afirma que a população e a família brasileira têm passado por muitas transformações, acompanhando acontecimentos históricos, sociais, econômicos e demográficos ocorridos ao longo do último século:

Mais precisamente, nas últimas décadas, diversas mudanças foram observadas nas condições de

reprodução da população; na diminuição da fecundidade e mortalidade; no aumento da esperança de vida ao nascer, proporcionado por melhores condições de vida e saúde; nos padrões de relacionamento entre os membros da família; no papel da mulher dentro e fora do espaço doméstico; no aumento de uniões consensuais; etc. (NASCIMENTO, 2006, p. 1).

Segundo Lesthaeghe (apud CAMARANO, 2007, p. 27), estão em curso três revoluções que afetam, profundamente, as estruturas familiares e, conseqüentemente, a social:

- ✓ revolução contraceptiva: dissociação da sexualidade da reprodução;
- ✓ revolução sexual, principalmente, para as mulheres: separação entre sexualidade e casamento; e
- ✓ revolução no papel social da mulher e nas relações de gêneros tradicionais: homem provedor *versus* mulher cuidadora.

De acordo com Giddens (1991), as transformações na família estão associadas às constantes e aceleradas mudanças que ocorrem simultaneamente em todo o globo terrestre, graças ao avanço do conhecimento científico e tecnológico. Para Giddens, o ritmo acelerado da mudança é uma peculiaridade desse momento histórico, a ponto de que mesmo as sociedades que desejam preservar suas culturas, mantendo-se com modos de vida tradicionais, são invadidas pela modernidade.

Segundo nos informam Giddens (2002), Lima (2006) e Viana (2006), estas mudanças nas famílias ocorrem porque a família não é uma entidade isolada da sociedade; suas estruturas modificam-se por ser um espaço aberto onde pessoas entram e saem de acordo como seus projetos de vida e com isso alteram e resignificam o espaço doméstico: é uma dinâmica viva. A família é também constituída socialmente e suas características são derivadas da formação dos indivíduos que a compõem: “a família é um sistema aberto em transformação, constantemente recebe e envia informações e se adapta às diferentes exigências dos estágios de desenvolvimento que enfrenta.” (MINUCHIN, 1992, p. 56).

As instituições sociais não são entidades independentes, são inter-relacionadas; a família sofre influência e por sua vez influencia outras instituições, pois as circunstâncias sociais não são separadas da vida pessoal, ao enfrentar problemas pessoais, os indivíduos ativamente ajudam a reconstruir o universo da atividade social à sua volta (TORRE, 1984; GIDDENS, 2002).

Segundo Giddens (2000) Medeiros (2002); Gomes (2003) e Caetano (2011), as novas formas de laços de família devem ser desenvolvidas mediante o exercício da reflexividade<sup>4</sup>; através da reflexividade é que os sujeitos elaboram projetos e definem estratégias, assim, os poderes emergentes das pessoas têm também eficácia causal sobre outras estruturas. O individualismo e a reflexividade social - fatores que contribuíram para a destradicionalização nas sociedades contemporâneas - são vividos na esfera da família de forma intensa e inédita. (. Segundo Beck, Giddens, Lash (1997, p. 26), “a individualização e a globalização são, na verdade, dois lados do mesmo processo de modernização reflexiva”.

Referente à formação de novos arranjos, Cioffi (1998, p. 1043) nos informa que ela ocorre “tanto devido aos aspectos econômicos, com a maior participação de esposas e filhos na geração de renda familiar, como em aspectos sócio-culturais, com a redefinição nos padrões de hierarquia e sociabilidade entre seus membros”.

Quanto ao processo de transformação e formação de novos arranjos devido aos aspectos econômicos, por exemplo, Oliveira (1985), em estudo sobre os efeitos da recessão econômica sobre o tamanho e a composição da força de trabalho familiar no meio urbano, mostrou que a situação econômica do Brasil foi um agente transformador das famílias na década de 70, pois naquele período, a participação feminina na força de trabalho dobrou, verificando também mudanças nos valores e padrões

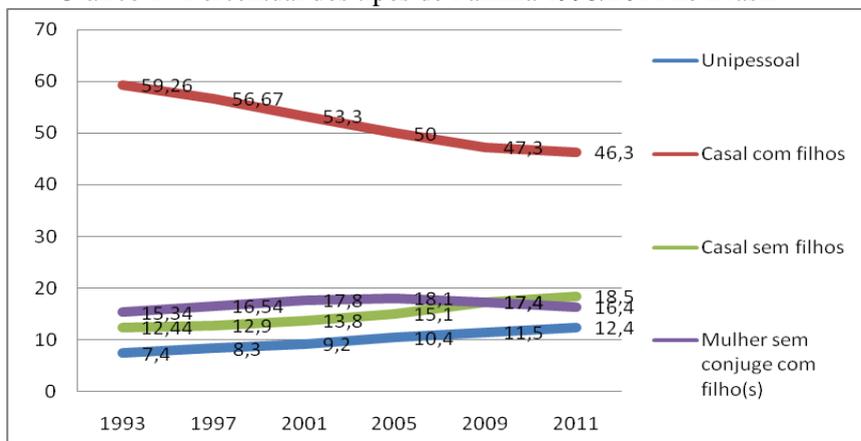
---

<sup>4</sup> Para Caetano (2011) o conceito de reflexividade é entendido “como uma propriedade emergente das pessoas que permite aos indivíduos pensarem conscientemente sobre si mesmos, tendo por referência as suas circunstâncias sociais. É um processo mental, privado, subjetivo, sob a forma de diálogo, que pressupõe sempre a relação com o lugar que os indivíduos ocupam no espaço social e nos contextos por onde se movem. O seu exercício conduz a autoconhecimento, mas fomenta também, indissociavelmente, a compreensão da realidade exterior. Os processos reflexivos não esgotam as dinâmicas da vida interior e não se esgotam na interioridade das mentes individuais.” (página 157-158)

de comportamento absorvidos pelas famílias das camadas médias urbanas como a redução da fecundidade, o enfraquecimento do matrimônio e a crescente chefia familiar. “Existe forte correlação entre a entrada crescente das mulheres no mercado de trabalho e as mudanças de comportamento a respeito dos papéis socialmente preestabelecidos dos indivíduos no domicílio e na família.” (FERNANDES; MENDONÇA, 2004, p. 2).

Cioffi (1998), em estudo sobre os arranjos familiares e condições de vida das famílias que vivem nas metrópoles, afirmou que o arranjo tradicional – casal com filhos<sup>5</sup> – ainda que dominante, apresenta tendências a diminuir seu peso relativo na população e as famílias monoparentais tendem a adquirir maior significância numérica (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Percentual dos tipos de Família 1993/2011 no Brasil



Fonte: IBGE, adaptado pelo Autor: Diego Fabricio Damiani.

Observamos no gráfico acima um declínio do arranjo tipo “casal com filhos” no período analisado e um aumento dos arranjos “unipessoais” e “casal sem filhos”. Vale lembrar também que mulheres responsáveis pela família que criam filhos (as) sozinha, as

<sup>5</sup> Vale destacar um fenômeno que vem ocorrendo neste tipo de arranjo: o aumento expressivo da indicação da família ao pesquisador em favor da responsabilidade feminina. Este tipo de arranjo se caracteriza pela predominância de responsáveis homens.

monoparentais, ou popularmente chamada de “mãe solteira com filho”, são cada vez mais comuns.

Vimos acima que predominância do arranjo familiar casal com filhos vem decrescendo ao longo do tempo e cedendo espaço a outros tipos de formas de organização familiar como as unipessoais, por exemplo. Beck (1986) e sua tese da “sociedade de risco” e a da correlata “modernidade reflexiva” (adotadas depois por Anthony Giddens e Scott Lash) (Pereira, 2011) aponta que:

As oportunidades, ameaças e ambivalências de nossa biografia, que anteriormente era possível superar em um grupo familiar, na comunidade da aldeia ou se recorrendo a uma classe ou grupo social, devem ser cada vez mais percebidas, interpretadas e resolvidas pelos próprios indivíduos. Certamente, ainda podem ser encontradas famílias, mas a família nuclear está se tornando uma instituição cada vez mais rara (BECK; GIDDENS; LASH, 1997, p. 18).

Quanto ao arranjo casal sem filhos<sup>6</sup>, a socióloga Lucila Scavone (2007), afirma que alguns fatos demonstram que ainda existe, na sociedade em geral, um interesse e um desejo forte por ter filhos; porém, o processo tem se dado tardiamente e os casais modernos procuram ter um ou dois filhos, diferente, por exemplo, da geração de mães na década de 40, 50 que tinham mais de quatro ou cinco no geral. Para a socióloga, vivemos em uma sociedade com uma infinidade de tendências e uma multiplicidade de escolhas, entre elas, ter ou não filhos: “por tempos, o fato de uma mulher não ter filhos, em geral estava ligado a problemas de saúde, dificilmente estando relacionado com uma opção”, afirma Scavone.

Para Therborn (2006, p. 113), um dos fatores que acabaram contribuindo para as mudanças nas famílias, além das quedas na taxa de

---

<sup>6</sup> Quanto à composição familiar casal sem filhos, há estudos no Brasil sobre os casais DINK (Double Income, No Kids), em português, algo como DINC (duplo ingresso nenhuma criança), ou seja, casal em que ambos estão no mercado de trabalho e sem criança. Podemos citar o artigo de Barros; Alves e Cavenaghi (2008): **Novos arranjos domiciliares: condições socioeconômicas dos casais de dupla renda e sem filhos.**

fecundidade, foi o enfraquecimento gradativo do patriarcado a nível mundial: “o patriarcado, o direito do pai, foi o grande perdedor do século XX. Provavelmente, nenhuma outra instituição social viu-se forçada a se retrair tanto”. O autor nos informa que o desmonte do patriarcado e a concessão de importantes direitos às esposas começaram na Escandinávia nos anos 1910:

Os reformadores escandinavos do início do século XX – dos direitos das crianças, dos direitos à igualdade entre marido e mulher e ao divórcio sem alegação de culpa – não acreditavam que estivessem mudando o mundo. Antes, viam-se a si mesmos como promotores de uma adaptação iluminista aos novos tempos (THERBORN, 2006, p. 439).

Porém, lembra o autor, isto é um fenômeno que ainda não atingiu todas as sociedades e a Indonésia, por exemplo, mantém explícita a chefia masculina da família. Nascimento (2006) nos informa que em fins do século XIX, o modelo patriarcal das classes média e alta, existente no Brasil desde o período colonial, iniciava lentamente o seu declínio.

Vale destacar a participação das mulheres nestas transformações. Conforme Nascimento (2006, p. 13):

Cada mudança tem a sua parte na responsabilidade do formato das famílias na virada do século XXI, porém um aspecto é inegável: as mulheres foram as principais protagonistas das mudanças ocorridas na família nas últimas décadas do século XX.

Essa participação reflete o fortalecimento dos movimentos organizados de mulheres pela defesa de iguais direitos na sociedade, que resultou fortemente na década de 70 e continuam resultando em mudanças de comportamento a respeito dos papéis socialmente preestabelecidos dos indivíduos no domicílio e na família. Esta inserção vem num contexto de conquistas femininas. (Fernandes e Mendonça, 2004)

Segundo Lima (2006, p. 23):

Foi na modernidade que os indivíduos ganharam, além de rosto e forma (a identificação da pessoa deixa de ser apenas pelo nome do pai que ela carrega), direitos. O que proporcionou principalmente, às mulheres, o reconhecimento da condição de sujeitos, levando-as à conquista de uma maior autonomia e independência, tanto no espaço privado como no público - as mulheres passaram a ter a possibilidade de escolher e gerenciar seu destino, decidindo inclusive sobre a permanência no casamento ou não, além da opção pela carreira profissional.

Garcia, Rodarte e Costa (2004), em estudo sobre a emancipação feminina e novos arranjos familiares entre as décadas de 1990 e 2000 no Brasil, afirmam que a inserção da mulher no mercado de trabalho é o elemento chave para compreensão das mudanças nas famílias. Segundo os autores, esta inserção representa mudanças no tamanho das famílias, na hierarquia interna e na formação e desintegração de laços familiares. A posição, principalmente da mulher, alterou-se profundamente nas últimas décadas; e isto acaba influenciando na mudança de atitude dos homens também.

Contudo, podemos fazer outra análise que nos dá conta de que, apesar de a mulher brasileira estar assumindo o papel de provedora e conseguindo maior autonomia e “empoderamento”, ela continua sendo a principal responsável pelo cuidado doméstico, principalmente nas camadas de renda média e baixas. A proporção de mulheres ocupadas que se dedicavam a afazeres domésticos em 2011 foi de 89,0% e a de homens, 46,8% (IBGE, 2012b). Ela, hoje, está assumindo novos papéis sociais, como o de provedora, dada a sua participação no mercado de trabalho, mas ainda mantém os papéis tradicionais, como o de responsável pelas tarefas domésticas e cuidados com os membros dependentes.

Sintetizando, a família brasileira está mudando e a mulher é uma das grandes responsáveis por isso.

Diante deste cenário, as transformações vividas pelas famílias, em termos de estrutura, função social e significado são de importância fundamental para as políticas públicas. A compreensão da forma como se organizam e atuam os núcleos familiares é fundamental para se estudar as condições de vida da população e analisar diferentes aspectos da vida social, tais como o comportamento demográfico, a participação

no mercado de trabalho, a distribuição de renda, os padrões de consumo e de gastos, a mobilidade social, entre outros temas relevantes. Conhecer as características das famílias e dos domicílios brasileiros é uma tarefa dos pesquisadores sociais e uma necessidade para a formulação das políticas públicas (SOUZA, 2000; ALVES, 2005; IBGE, 2012a).

Em um contexto regional, as famílias ocupam um espaço crescente nos debates sobre políticas sociais na América Latina. A consideração da família nas políticas sociais é fundamental no contexto de reformas que vem sendo observado pela maioria dos países da América Latina. No início da década de 90 a maior parte dos países da região criou fundos de investimento social e iniciou programas de caráter setorial, de geração de emprego, de apoio à gestão produtiva e de estímulo à organização social dos distintos setores da sociedade e programas emergenciais de assistência social.

No Brasil, um dos maiores programas de transferência de renda do mundo, o Bolsa Família, (MDS, 2009) tem sua matriz de atuação nesta instituição; a referência à família nas políticas sociais é fortemente associada à saúde reprodutiva e às desigualdades entre os sexos (SOUZA, 2000; MDS, 2009)

Por fim, conforme Souza (2000, p. 2): “as políticas sociais podem afetar e ter seus objetivos afetados pelas diferentes formas de organização familiar”. Por isto a importância do estudo das configurações familiares.

De fato, a família mudou; e embora algumas instituições tenham surgido para preencher necessidades, com o tempo, algumas podem tornar-se inúteis e tendem a desaparecer, pois, segundo alguns autores citados, as instituições também se modificam influenciadas pelas mudanças sociais.

Giddens (2000, p. 62) afirmou que o casamento e a família transformaram-se em instituições encrustadas; “continuam a ser designadas pelo mesmo nome, mas por dentro seus fundamentos alteraram-se”. Ainda na mesma linha, Ulrich Beck falou em “categorias e instituições zumbis”; são aquelas que estão “mortas e ainda vivas”; são conceitos que continuamos a utilizar, tradicionais, mas que não são mais suficientes para atender ou auxiliar na sua compreensão. Nas palavras do próprio Beck, “categorias zumbis são categorias mortas-vivas que nos assombram a mente e determinam a nossa visão de realidade que desaparece cada vez mais.” (BECK, 2003, p. 14).

Pergunte-se o que é realmente uma família hoje em dia? O que significa? É claro que há crianças,

meus filhos, nossos filhos. Mas, mesmo a paternidade e a maternidade, o núcleo da vida familiar, estão começando a se desintegrar no divórcio... Avós e avôs são incluídos e excluídos sem meios de participar nas decisões de seus filhos e filhas. Do ponto de vista de seus netos, o significado das avós e dos avôs tem que ser determinado por decisões e escolhas individuais (BECK apud BAUMAN, 2001, p. 13).

Ianni (1996, p. 196), a este respeito também escreveu que:

Há noções que sofrem uma espécie de obsolescência, em certos casos, parcial, em outros total. O Estado-nação, por exemplo, entra em declínio, como realidade e conceito. Não se trata de dizer que deixará de existir, mas que está realmente em declínio, passa por uma fase crítica, busca reformular-se.

Segundo Lima (2006), a constatação de que a realidade não espelhava o modelo de família apregoado pelo funcionalismo, gerou muita polêmica por parte dos profissionais, políticos, governantes, enfim, dos que atuavam e pensavam o sistema social. Neste “clima”, evidenciaram-se as linhas de pensamento que defendiam a falência da família e a sua extinção e outras que acentuavam a vitalidade da família, ressaltando que estas são importantes não só para a reprodução social, mas também na produção de bens e no seu consumo.

#### 4 NOTAS TÉCNICAS SOBRE O CONCEITO DE UNIDADES UNIPESOAIS PARA O IBGE

[...] somos apenas habitantes de unidades domésticas unipessoais, UDU's. Chique no último, não?

“E, aí, na minha ou na sua unidade doméstica unipessoal?”, perguntaria o conquistador politicamente correto.<sup>7</sup>

Para o Censo demográfico de 2010 o IBGE inovou com relação ao tratamento conceitual das pessoas que residiam só. No Censo demográfico anterior, de 2000, esta composição era tratada como família, conforme observamos nas notas técnicas da publicação **famílias e domicílios: resultados da amostra** (2000):

Nos domicílios particulares, considerou-se como família:

- **a pessoa que morava sozinha;**
- o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco ou de dependência doméstica e;
- as pessoas ligadas por normas de convivência. (IBGE, 2010, p. 38, grifo meu).

Na continuação das notas técnicas, como tipos de composição familiar, a pessoa sozinha é tratada como “família constituída por uma única pessoa.” (IBGE, 2010, p. 39). Conforme nos informa Alves (2005), nota-se que o IBGE trata a pessoa morando sozinha como família unipessoal (enquanto outros países tratam a pessoa sozinha como “não-família”). De fato, em muitos textos os pesquisadores mencionam os domicílios compostos por uma pessoa como arranjos unipessoais ou famílias unipessoais.

Para o censo de 2010 adotou-se o conceito de unidade doméstica, conceito recomendado pela ONU para as pesquisas domiciliares em geral:

---

<sup>7</sup> Parte do texto **O Crime e o Castigo de morar sozinho**, extraído do Blog de Xico Sá, da Folha <[http://xicosa.folha.blog.uol.com.br/arch2011-11-13\\_2011-11-19.html](http://xicosa.folha.blog.uol.com.br/arch2011-11-13_2011-11-19.html)>. Acesso em Fev. 2013.

O conceito de unidade doméstica é baseado em arranjos feitos pela pessoa, individualmente ou em grupos, para garantir para elas mesmas alimentação e outros bens essenciais para sua existência. Uma unidade doméstica pode ser classificada como: a) unidade doméstica de uma pessoa, (*one person household*) definida como um arranjo no qual uma pessoa se encarrega da provisão da própria alimentação ou de outras necessidades da subsistência sem se associar a qualquer outra pessoa para formar parte de uma unidade doméstica. (RIBEIRO; SABOIA, 2008, p. 11).

Vejamos as notas técnicas do Censo demográfico 2010 da publicação **Resultados da amostra: famílias e domicílios**, a nova definição da população dos unipessoais, agora com a inclusão do conceito de Unidade doméstica:

Unidade doméstica: Considerou-se como unidade doméstica no domicílio particular:

- a pessoa que morava sozinha; ou
- o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência.

Família: Considerou-se como família o conjunto pessoas ligadas por laços de parentesco na unidade doméstica (IBGE, 2010, p. 35).

A unidade doméstica, quanto ao tipo, foi classificada como:

- **Unipessoal** - quando constituída somente por pessoa responsável pelo domicílio;
- **Duas pessoas ou mais sem parentesco** - quando constituída somente por pessoa responsável pelo domicílio com pelo menos uma pessoa na condição de convivente ou agregado (a) e que não possuía família segunda, terceira etc. ; ou
- **Duas pessoas ou mais com parentesco** - quando constituída somente por pessoa responsável pelo domicílio com pelo menos uma pessoa na condição de parente (cônjuge ou

companheiro (a), filho (a) ou enteado (a), pai, mãe, padrasto, madrasta, sogro (a), neto( a ) ou bisneto( a ), irmão ou irmã, avô ou avó, ou outro parente); ou por famílias conviventes (IBGE, 2010, p. 37).

Nas palavras do IBGE:

A unidade doméstica é a denominação que se dá ao conjunto de pessoas que vivem em um domicílio particular, cuja constituição se baseia em arranjos feitos pela pessoa, individualmente ou em grupos, para garantir alimentação e outros bens essenciais para sua existência (IBGE, 2012, p. 64).

## 5 DOMICÍLIOS UNIPESSOAIS/PESSOA “SOZINHA”

Estamos caminhando para um século de solidão? Difícilmente. O morar sozinho provavelmente está aumentando, o fenômeno é muito mais circunscrito do que usualmente concebido (THERBORN, 2006, p. 453).

Assim, a “Família Colonial Extensa”, transformou-se na “Nuclear”, que diminuiu para a Monoparental, reduzida à Unipessoal (MEDEIROS, 2002, p. 10).

Nas últimas décadas, muitos países têm visto um crescimento no número de unidades domésticas unipessoais. Especialmente na Europa, a taxa de unipessoais vem aumentando rapidamente desde 1970. (IBGE, 2012a). Estatísticas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico<sup>8</sup> - (*Organisation for Economic Co-operation and Development* - OECD) mostram que na Dinamarca, Finlândia e Alemanha, por exemplo, em 2000, aproximadamente 35% do total de domicílios eram formados por apenas um morador; na Noruega, em 2001, foi registrado quase 38% de domicílios nesta condição: “*Single-person households constitute at least 35% of households in Denmark, Finland, Germany, Norway and Switzerland. By contrast, this proportion is less than 20% in Greece, Portugal or Slovenia*”. (OECD... p. 2). Analisando o fenômeno na Europa, Woortmann e Woortmann (2002, p. 10), informaram que “o aumento de divórcios (e de mães solteiras) resulta num aumento na demanda de residências” e que “em algumas grandes cidades européias, como Paris e Londres, a maior parte das unidades domésticas eram unipessoais”.

Para comparação, veremos adiante que em 2010 no Brasil, estas unidades domésticas com um morador representaram 12% do total de domicílios, quase 7 milhões. Em 2000, as unipessoais formavam um contingente de 4,1 milhões de famílias. Em Santa Catarina esse

---

8

Disponível em  
<<http://www.oecd.org/social/familiesandchildren/41919509.pdf>>. Acesso em: jan. 2013.

percentual chegou próximo a 12% e Balneário Camboriú, município com maior percentual de unidades domésticas unipessoais no Estado, chegou quase aos 20% do total de domicílios.

Berquó e Cavenaghi (1988) identificaram que entre 1950 e 1970, as famílias unipessoais no Brasil, representavam praticamente 5% do total de famílias. Goldani (1994) constatou que entre 1980 e 1990 os arranjos de maior crescimento foram os de adultos morando só e de famílias monoparentais. No censo de 1991 foi identificado no Brasil 7% de unidades unipessoais.

Entre as Unidades da Federação, para o ano de 2010, os maiores percentuais foram registrados no Rio de Janeiro (15,6%) e Rio Grande do Sul (15,2%), cujos índices de envelhecimento foram mais elevados; houve uma correlação positiva entre o número de pessoas que residem só com o grande número de idosos nestes Estados. Amazonas (8,0%) e Maranhão (8,1%) tiveram os menores percentuais de unipessoais. (IBGE, 2012a).

Conforme podemos observar na tabela 1, existia no Brasil, em 2010, aproximadamente sete milhões de unidades domésticas com apenas um morador. Em Santa Catarina dos mais de um milhão de domicílios, 226.334 mil (11,36%) foram identificados como sendo da espécie Unipessoal. Em um período de 20 anos (1991 a 2010), foi verificado pelo Censo um aumento de aproximadamente 170 mil unidades domésticas unipessoais no Estado. Outra análise nos da conta de que enquanto nas últimas duas décadas o aumento do número de unidades domiciliares unipessoais no Brasil foi de 285%, em Santa Catarina tal acréscimo atingiu 408%.

Conforme escreveram Alves e Barros (2008), se morar sozinho fosse necessariamente sinônimo de solidão poderíamos dizer que o número de solitários está crescendo em Santa Catarina.

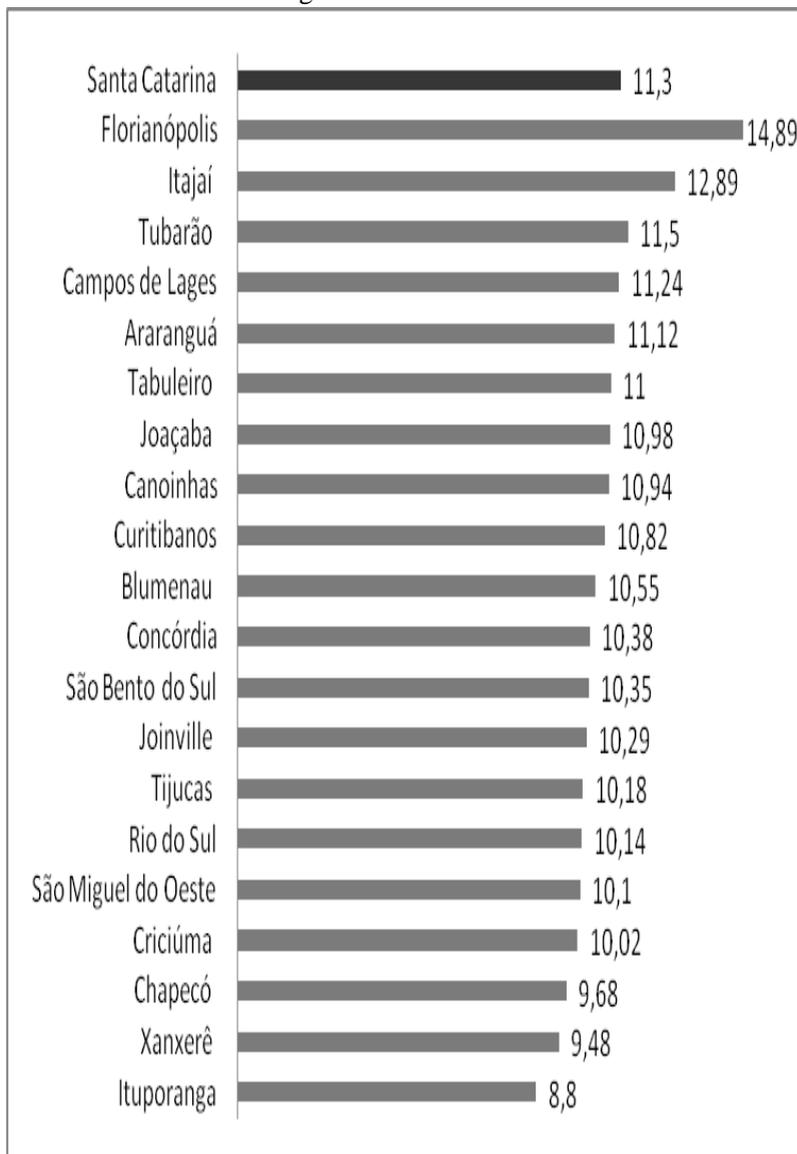
Tabela 1 - Total de Domicílios com um morador 1991/2010 – Brasil e Santa Catarina

Brasil e Unidade da Federação	Domicílios					
	(Unidades)			(Percentual)		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
<b>Brasil</b>	2.444.976	4.085.568	6.980.378	7,0	9,1	12,1
<b>Santa Catarina</b>	55.503	116.992	226.334	4,9	7,8	11,3

Fonte: IBGE adaptado pelo autor: Diego Fabricio Damiani.

Verificando a situação das unipessoais por microrregiões geográficas de Santa Catarina (Gráfico 2), o maior percentual foi encontrado na microrregião de Florianópolis (15%), seguido pela microrregião de Itajaí e Tubarão, estes todos percentuais acima da média do Estado (11,3%). No outro extremo, a microrregião de Ituporanga com 8,80%, apresentou o menor percentual destas unidades domésticas.

Gráfico 2 - Percentual de Unidades domésticas Unipessoais por microrregião em Santa Catarina 2010



Fonte: IBGE adaptado pelo autor: Diego Fabricio Damiani.

Veremos posteriormente que a maioria das unipessoais em Santa Catarina era constituída por mulheres, assim como, quando se analisa o perfil destas unidades domésticas por grupos de idade e localização, por exemplo, novas e diferentes informações surgem e que a composição das unidades domésticas unipessoais é diversificada, podendo ser formada por jovens que deixaram a casa dos pais para mais tarde formar uma família com um cônjuge; por pessoas que se divorciaram, ou ainda, por pessoas que viveram a maior parte de suas vidas sozinhas; ou seja, morar sozinho tem significados distintos conforme o grupo etário em que se encontre o indivíduo.

Nas palavras da socióloga Luciane Perucchi:

A questão financeira é o ponto central que possibilita para uma pessoa ter essa liberdade de conseguir morar sozinha. O morar sozinho hoje não é muito uma escolha, é mais uma necessidade. Essa lógica de vida, de estar disponível para o trabalho cada vez mais horas cada vez mais tempo, faz com que as pessoas tenham uma vida mais solitária. (informação verbal<sup>9</sup>)

Esta análise de Perucchi remete ao livro **A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo (2009)**, do sociólogo Richard Sennett. O autor aborda sobre as modificações nas relações de trabalho. Segundo o autor, devido a uma nova ordem capitalista que afeta os indivíduos, ocasionando uma dinâmica de incertezas, mudanças de emprego e de um sucessivo rompimento de laços em nossa sociedade, uma expectativa de longo prazo aos trabalhadores, que lhes ofereça condições para uma construção linear da vida, já não é tão possível, ao contrario do trabalhador de décadas passadas que possuía uma expectativa de longo prazo. (Sennett, 2009). As modificações nas relações de trabalho não afetam apenas o setor profissional, mas a dinâmica social e familiar; as relações passam a ser muito individualizadas<sup>10</sup>. Em um mundo fragmentado, de relações instáveis, tudo, inclusive o trabalho perde a referência. As relações

---

<sup>9</sup> Entrevista programa Rede TV Junho de 2011.

<sup>10</sup> Esse trabalho não tem como objetivo aprofundar a questão do processo de individualização e sua relação com a família. Apenas, se pretende pontuar que a sua valorização modificou as relações familiares.

impessoais de trabalho afetam diretamente as sociais e vice-versa, estabelecendo relações superficiais, descartáveis, cujos laços de lealdade e compromissos são tão frouxos quanto o curto prazo de trabalho:

Pede-se aos trabalhadores que sejam ágeis, estejam abertos a mudanças a curto prazo [...] Essa ênfase na flexibilidade está mudando o próprio significado do trabalho [...] Talvez o aspecto da flexibilidade que mais confusão causa seja seu impacto sobre o caráter pessoal [...] Como decidimos o que tem valor duradouro em nós numa sociedade impaciente, que se concentra no momento imediato? Como se podem buscar metas de longo prazo numa economia dedicada ao curto prazo? Como se podem manter lealdades e compromissos mútuos em instituições que vivem se desfazendo ou sendo continuamente reprojatadas? Estas as questões sobre o caráter impostas pelo novo capitalismo flexível (SENNETT, 2009, p.9-11).

Semelhante escreve Bauman (2001). O autor escolheu “fluidez” como a principal metáfora para o estágio presente da era moderna; o autor associa a modernidade à insegurança e termos como fluidez e liquefação são os que melhor se ajustam ao mundo que vivemos. Os indivíduos e as organizações se tornaram livres de qualquer comprometimento ou desengajadas, por isso, estaríamos num estágio no qual não há mais por que esperar revoluções. As incertezas no mundo de hoje aumentaram, o planejamento e pensamento a longo prazo faliram, e não resta alternativa para indivíduos e organizações senão a definição de interesses a curto prazo. “A vida de trabalho está saturada de incertezas” (BAUMAN, 2001, p. 170), e essas incertezas não são apenas no campo profissional, atingiram também o cotidiano doméstico.

Para Giddens (1991, 2002) as instituições modernas, especialmente a família, foram afetadas diretamente pelo processo de individualização, o qual, entre outras questões, é resultante da desintegração e dissolução das fontes de significados coletivos da sociedade tradicional. Nesse contexto entende-se a individualização como o constante questionamento do indivíduo acerca de sua própria biografia, da relação consigo mesmo e com os outros. A ele é dada a responsabilidade de definir seus próprios projetos, a partir de suas

próprias escolhas, de agir como agente individual e planejador de sua biografia (LIMA, 2006); é uma “biografia reflexiva”:

Qualquer pessoa num país ocidental que decide se casar hoje em dia, por exemplo, sabe que a taxa de divórcios é alta (e pode também, embora de maneira imperfeita ou parcial, conhecer um pouco mais sobre demografia do casamento e da família). O conhecimento da alta taxa de divórcios pode afetar a própria decisão de se casar, etc. A consciência dos níveis de divórcio, além disso, é normalmente muito mais do que simplesmente a consciência de um fato bruto. Ele é teorizado pelo agente leigo de maneiras impregnadas pelo pensamento sociológico. Desta forma, virtualmente todos que consideram o casamento têm alguma idéia de como as instituições familiares vêm mudando, mudanças na posição social relativa e no poder do homem e da mulher, alterações nos costumes sexuais etc. — tudo isto entrando nos processos de mudança ulterior que reflexivamente informa. O casamento e a família não seriam o que são hoje se não fossem inteiramente "sociologizados" e "psicologizados" (GIDDENS, 1991, p. 43).

Nas palavras de Pereira (2011, p. 1), “o individualismo e a individualização, a falta de valores compartilhados e de solidariedade, a insegurança e o risco por toda a parte, o caráter líquido e indefinido das relações sociais são sem dúvida características da modernidade”. Todas as análises da modernidade partem da ruptura com a tradição e a religião. E chegam à mesma conclusão: resultou daí a individualização ou a formação do sujeito e o individualismo. As pessoas se sentiram mais livres para definir sua própria identidade, o que resultou em uma visão mais voltada para o “eu”, do papel de cada indivíduo na sociedade, e, por isso, em uma centralidade do indivíduo na trama da sociedade que não existia nas sociedades antigas. As sociedades modernas, diferentemente das antigas, são sociedades onde existe um afastamento e uma impessoalização muito grandes dos indivíduos em relação às instituições – igreja, Estado, escola e família, são exemplos de instituições sociais. E tornaram-se mais egoístas, viram aumentar sua

dificuldade em participar de forma solidária em comunidades (PEREIRA, 2011).

Segundo Souza (2000), uma das características da modernização das sociedades é a manifestação em maiores graus de divisão do trabalho e da especialização de instituições e indivíduos. A modernização impulsiona mudanças na organização dos sistemas de solidariedade e, dentre elas, o *welfare state* responde por novas formas de solidariedade centralizadas em instituições públicas, enfraquecendo o papel de instituições intermediárias como a família.

O crescimento destas unidades domésticas da espécie unipessoal tem algumas conseqüências:

O custo de vida (por pessoa) para unidades domésticas unipessoais é geralmente mais elevado do que para as unidades domésticas multipessoais. Além disso, uma única pessoa pode ser mais vulnerável, já que não há, em caso de desemprego ou outros problemas, uma retaguarda presente na unidade doméstica (IBGE, 2012a).

Informa Souza (2000, p. 6), que as oportunidades de bem-estar variam segundo os tipos e estruturas familiares: “Segundo a Cepal, as famílias com o maior risco de pobreza na América Latina são, em termos gerais, as extensas e as chefiadas por mulheres. As menos vulneráveis são as famílias sem filhos e as unipessoais chefiadas por homens”.

Porém, vale lembrar que morar sozinho não quer dizer que a pessoa viva inteiramente só, sem laços de parentesco, ausente de relações amorosas ou sociabilidade; às vezes temos uma concepção equivocada que considera solitária a pessoa que mora sozinha. Por este motivo colocamos o título “sozinha” entre aspas, para chamar atenção para este fato (IBGE, 2012a; ALVES, 2008; GUERREIRO, 2003):

O termo solidão não é um fenômeno ou uma construção fácil de conceitualizar, ainda que todos intuitivamente saibamos o que é. Não existe uma definição de solidão. A solidão é antes de tudo uma experiência subjetiva. Pode ser vivida como uma experiência negativa, penosa, acompanhada de sentimentos negativos. Corresponde no indivíduo à percepção de déficits da sua rede de

relações sociais, embora uma pessoa possa sentir solidão no meio da multidão (PITAUD apud ALVES; BARROS, 2008, p. 1).

Feito este breve resumo, veremos na sequência quais são os fatores apontados como responsáveis pelo aumento nas taxas de crescimento destas unidades unipessoais. Porque uma decisão (ou não) tão particular de residir sozinho vem aumentando conforme vem sendo constatado pelos Censos demográficos?

Infelizmente, neste momento, para este trabalho, não foi possível o cruzamento das unidades domésticas unipessoais X nível de instrução e unipessoais x estado civil. Estas informações não estão disponíveis em seu banco de dados SIDRA<sup>11</sup>.

## 5.1 CAUSAS

A incerteza do presente é uma poderosa força individualizadora. Ela divide em vez de unir, e como não há maneira de dizer quem acordará no próximo dia em qual divisão, a idéia de "interesse comum" fica cada vez mais nebulosa e perde todo valor prático. Os medos, ansiedades e angústias contemporâneos são feitos para serem sofridos em solidão (BAUMAN, 2001, p. 171).

Para Cioffi (1998) e Medeiros (2002), o viver sozinho ou ficar solteiro ou solteira por opção, dentro de estilos de vida específicos, também será parte importante da vida urbana que está no horizonte das pessoas ou fará parte do cotidiano de maior número de pessoas, seguindo o modelo dos países industrializados.

Para Gomes (2003, p. 31), quando se fala do surgimento e crescimento de novas formas familiares nas “sociedades de modernidade avançada, é usual referir o crescimento das unidades residenciais de pessoas sós, como resultado das mudanças sociais ocorridas na esfera

---

<sup>11</sup> Sistema de Recuperação Automática (SIDRA). Ferramenta de pesquisa disponível na página do IBGE que armazena tabelas contendo os dados agregados das pesquisas que o IBGE realiza.

privada”. De fato, Oliveira e Simionato (2003); Lima (2006) e Ribeiro e Sabóia (2008), entre outros, apontam que a família brasileira, nas últimas décadas do século XX, sofreu fortes influências econômicas, sociais, demográficas e culturais; e estas influências ocasionaram mudanças nas relações no interior das famílias.

Segundo Souza (2000, p. 3), por exemplo:

Ao trazer assuntos restritos à vida privada para a esfera pública, o *welfare state* afeta as organizações familiares. As mudanças de valores e a redição do trabalho social resultantes da modernização, por exemplo, têm impactos sobre as hierarquias familiares. As mudanças na hierarquia, por sua vez, alteram a estrutura organizacional das famílias.

“Desregulação, liberalização, flexibilização”, são termos típicos da proposta neoliberal. A perda de capacidades assistenciais da família resulta em novas formas de organização dos indivíduos em unidades de convivência diferentes da família nuclear estável. Quando os indivíduos percebem um declínio da família como instituição social de integração, eles acabam abandonando o domicílio familiar, “associam-se a pessoas que compartilham necessidades semelhantes às suas e se organizam politicamente para manifestar seus interesses diante do restante da sociedade.” (SOUZA, 2000, p. 4):

*Many of the new groups seem to have grown out of the decline of the family as an integrating social institution. A key aspect of this decline has been a process in which categorically defined financially and/or emotionally burdensome members have been encouraged to leave the household unit and move into living arrangements where they associated with other people categories like themselves. The process, which began with the aged, the sick and the handicapped, has been extended to single parents, gays, the blind, the hearing-impaired, and so on* (PIORE, apud SOUZA, 2000, p. 4).

A valorização das identidades pessoais e da autonomia dos indivíduos frente às estruturas sociais é vista por alguns autores como

associada à perda de importância das instituições e do que elas têm representado em termos de coesão para o grupo. Esta possível tendência a residir sozinho, por exemplo, poderia estar correlacionada principalmente às novas opções de vida das pessoas, nas quais os interesses individuais vêm tornando-se prioritários.

“Em síntese, as sociedades modernas, diferentemente das antigas, são sociedades onde existe um afastamento e uma impessoalização muito grandes dos indivíduos em relação às instituições.” (PEREIRA, 2011, p. 11).

Libertos de obrigações e solidariedades para com a família, os indivíduos fazem escolhas menos condicionadas, optam por novos modos de viver os afetos e estilos de vida, os quais se refletem, nomeadamente, nas formas de residência.

Viver só ou com outras pessoas que não façam parte dos respectivos laços de parentesco torna-se, na perspectiva de autores como Beck (1992), uma modalidade típica de corrente da modernidade, de uma sociedade em que predominam as leis do mercado e os imperativos de mobilidade profissional. A importância atribuída à carreira, a prioridade que a profissão representa, contribuem para pôr de lado o assumir de responsabilidades conjugais e parentais (GOMES, 2003, p. 31).

Para Giddens (1991; 2000), o avanço da modernidade traz consigo alterações nas instituições da família e do casamento, ligando-se diretamente à transformação da intimidade no contexto da vida quotidiana. As relações pessoais e íntimas podem adquirir contornos não existentes em quadros institucionais tradicionais, e dão espaço a que tenda a ser cada vez maior o número de pessoas a viverem sozinhas, por exemplo.

As demógrafas Elza Berquó e Suzana Cavenaghi (1988) resumiram em duas palavras as várias situações que levam as pessoas a morar sozinha: oportunidade e fatalidade.

No primeiro caso a oportunidade está vinculada às opções das pessoas em termos de mercado de trabalho, liberdade e mobilidade social; esta situação casa perfeitamente com a definição dos sociólogos Perucchi e Sennett, citados no início deste capítulo, quando afirmam que a flexibilização imposta pelo mundo do trabalho acaba refletindo na flexibilização de relações fora dele também. Não é incomum

encontramos hoje indivíduos, na maior parte jovem, com dois ou três empregos e que residem só, por exemplo.

No segundo caso, a fatalidade está mais vinculada aos eventos de morte, como a viuvez ou perda de parentes e amigos que residiam no mesmo domicílio, por exemplo:

O morar só encerra toda uma gama de situações que vão desde uma opção deliberada de privacidade e prazer até uma contingência dependente de causas externas que afetam a vida dos indivíduos. (...) dependem de processos demográficos psico-sócio-culturais e econômicos. (BERQUÓ; CAVENAGHI, 1988, p. 25).

Novamente lembrando que as situações de isolamento residencial não significam ausência de relações amorosas. Exemplo disso nos informa Gomes (2003) sobre alguns trabalhos que tem “recentemente demonstrado a identificação de uma nova forma familiar: a dos casais LAT<sup>12</sup>, que vivem em casas separadas.” (LEVIN; TROST apud GOMES 2003, p. 31). Devido ao surgimento de novas formas de relação conjugal, as uniões não se resumem a casamentos de pessoas que passam a viver juntas no mesmo domicílio. Sabe-se, por exemplo, que alguns casais podem manter uma relação estável ao longo de anos e, até mesmo, algum grau de dependência financeira residindo em domicílios distintos (RIBEIRO; SABÓIA, 2008).

Conforme informado por Berquó e Cavenaghi (1988); Cioffi (1998); Goldani (1994); Gomes (2003); Mattosinhos (2006) e Alves e Oliveira (2008), o aumento da proporção dos arranjos unipessoais verificado nas pesquisas domiciliares nos últimos anos pode decorrer ainda:

- ✓ do reflexo da queda da fecundidade (pois uma família menor pode tornar-se uma unipessoal mais facilmente);
- ✓ da urbanização;
- ✓ do aumento do trabalho feminino;
- ✓ do crescimento do número de separações conjugais;
- ✓ do aumento da longevidade;
- ✓ da redução do tamanho dos domicílios; e

---

<sup>12</sup> Em inglês *living apart together*. (página, 31)

- ✓ do envelhecimento populacional.

Em resumo, o aumento relativo das famílias pequenas é o resultante de dois efeitos distintos: a redução da fecundidade que, ao diminuir a proporção de famílias grandes, acaba por aumentar a importância relativa das famílias pequenas; a mortalidade que ao descender empresta mais tempo de vida aos adultos já entrados em anos que, vivendo como casal ou então sozinhos, contribuem para aumentar a proporção de domicílios com duas ou uma pessoa só. Estas mudanças, juntamente com o aumento das separações e divórcios e o recente crescimento na propensão de adultos jovens não casados de viverem sozinhos, vem contribuindo para o aumento no número de domicílios onde mora pequeno número de pessoas (BERQUÓ; CAVENAGHI, 1988, p. 156).

Segundo Cioffi (1998), semelhante aos autores citados acima, os fatores que contribuem para explicar o crescimento das unidades domésticas unipessoais, situam-se, entre outros, nos determinantes demográficos:

A queda da nupcialidade, a queda da mortalidade, o diferencial de mortalidade por sexo aumentando a viuvez feminina, o crescimento do número de separações, bem como a queda na frequência de recasamentos de divorciados (CIOFFI, 1998, p. 1056).

Por fim, segundo nos informa Alves e Oliveira (2008), as pessoas passam a morar sozinha de acordo com os seguintes fatores:

- ✓ A pessoa é solteira e montou uma moradia, mas sem casar e ter filhos;
- ✓ A pessoa casou e teve filho(s), mas o(s) filho(s) saíram de casa e o matrimônio terminou em separação ou divórcio;
- ✓ A viuvez de um dos cônjuges de um casal de “ninho vazio” (filhos fora de casa);
- ✓ A pessoa não deseja morar com um parente ou em domicílio coletivo.

Os dados dos recenseamentos populacionais e também aqueles que dizem respeito às famílias unipessoais não espelham senão realidades momentâneas; é um “retrato” do país, do Estado, do bairro, naquele instante de tempo, ou seja, da data de referência da pesquisa. No caso das unidades domésticas unipessoais, este retrato não dá diretamente conta de processos e trajetórias sociais (GOMES, 2003). Requer por isso análise detalhada, na medida em que recobrem situações e percursos familiares e individuais díspares: os das novas gerações em transição para a vida adulta, que ainda não iniciaram um processo de coabitação, os dos adultos que por opção, ou não, permaneceram sós e que, podendo já ter vivido em casal, passaram por situações de ruptura conjugal, ou os dos idosos que enviuvaram, são alguns exemplos já citados.

Qual é então a este respeito o panorama da sociedade Catarinense? Quem são as pessoas morando sós?

## 5.2 SEXO

Na população como um todo, o censo demográfico 2010 apontou um equilíbrio entre homens e mulheres no Estado, atingindo uma razão de sexo<sup>13</sup> de 98,5%. No Censo Demográfico 2000, esta razão era de 99,34%, ou seja, de 2000 para 2010 a diferença do número de homens e mulheres aumentou em favor das mulheres (IBGE, 2011b).

---

<sup>13</sup> Razão de sexo é a relação entre homens e mulheres de uma população, expressada pelo quociente (Homens/Mulheres)\*100, onde a razão maior (>) que 100 significa um número maior de homens e a razão menor (<) que 100 significa um número maior de mulheres. Admite-se equilíbrio entre 98 e 102. (IBGE, 2012)

Gráfico 3 - População (%) residente por sexo – Santa Catarina 1991/2010<sup>14</sup>.



Fonte: IBGE – Censo demográfico. Autor: Diego Fabricio Damiani.

Tratando das unidades domésticas unipessoais, em 2010 foi verificado que a maioria destas unidades em Santa Catarina era composta por mulheres. O censo demográfico 2010 verificou 120.224 unidades nesta condição, correspondendo a 6,03% do total dos 11,36% (tabela 2). Esta situação difere daqueles domicílios de responsáveis homens onde o peso relativo dos unipessoais é menor, apenas 5,32%, ou 106.110 unidades.

Tabela 2 - Total de domicílios unipessoais (relativo e absoluto), segundo sexo do responsável – Santa Catarina – 1991/2010<sup>15</sup>

Sexo da pessoa responsável	Ano					
	1991		2000		2010	
	Unipessoais (Unidades)	Unipessoais (Percentual)	Unipessoais (Unidades)	Unipessoais (Percentual)	Unipessoais (Unidades)	Unipessoais (Percentual)
<b>Total</b>	<b>53.734</b>	<b>4,44</b>	<b>114.598</b>	<b>7,22</b>	<b>226.334</b>	<b>11,36</b>
Homens	21.406	1,77	51.778	3,26	106.110	5,32
Mulheres	32.328	2,67	62.820	3,96	120.224	6,03

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010. Autor: Diego Fabricio Damiani.

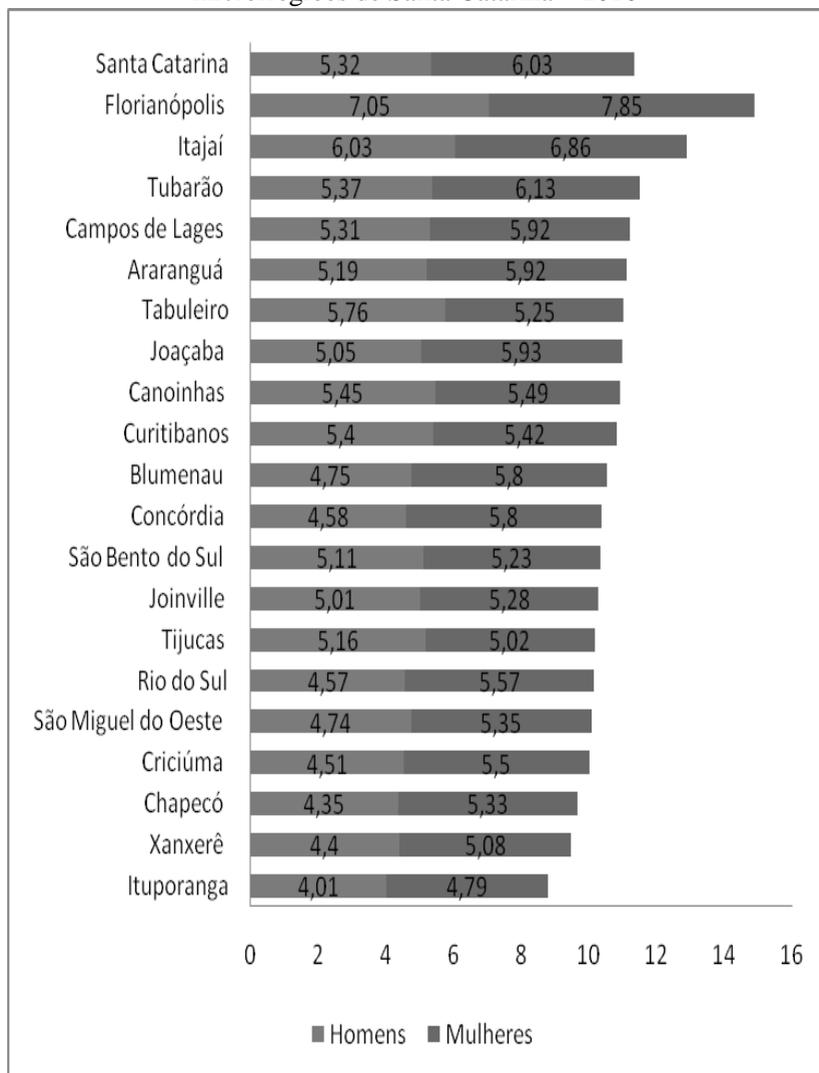
<sup>14</sup> Para o ano de 1991: Dados da Amostra. Para o ano de 2000 e 2010: Dados do Universo

<sup>15</sup> Para o ano de 1991 e 2000: Dados da Amostra. Para o ano de 2010: Dados do Universo.

Na tabela 2 verificamos que a variação (para mais) das unidades unipessoais para homens e mulheres foi praticamente equivalente no período analisado: ao redor de 3% para ambos.

Em estudo no final da década de 1980, Berquó e Cavenaghi (1988) encontraram no Brasil mais homens que mulheres vivendo sozinhos. Contudo, pelo menos em Santa Catarina já em 1991, houve a identificação de uma vantagem em favor das mulheres; deste modo, imaginamos uma ligeira tendência de atenuação desta disparidade entre os sexos em favor das mulheres nos próximos anos no Estado.

Gráfico 4 - Total (%) de domicílios unipessoais por sexo, segundo as microrregiões de Santa Catarina – 2010



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010. Autor: Diego Fabricio Damiani

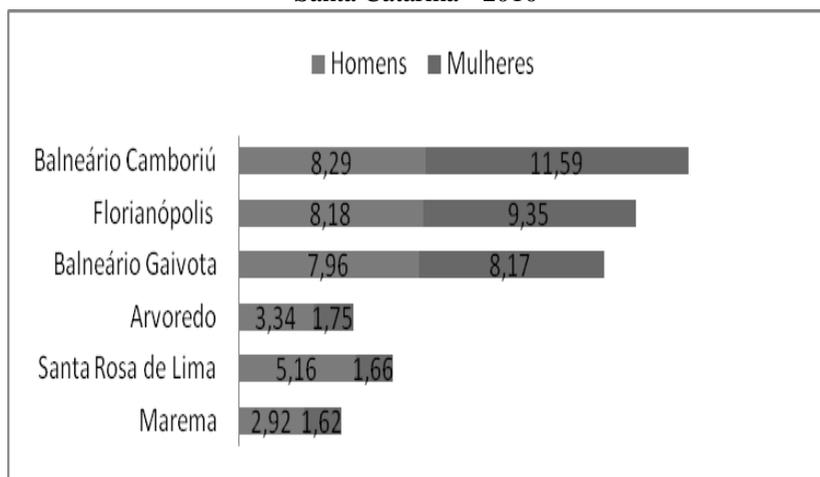
Observando a distribuição por sexo da pessoa responsável pela unidade doméstica, podemos dizer que ela foi equivalente para o Estado e também para suas microrregiões. Percebemos também pelo gráfico

que quase todas as microrregiões do Estado possuem na maioria mulheres na responsabilidade das unidades domésticas unipessoais, exclusive as microrregiões de Tijucas e Tabuleiro, onde foi identificado um maior percentual de domicílios unipessoais compostos por homens.

Um dos principais motivos apontados pelos autores, conforme já vimos, para estas diferenças e que certamente contribui para estes resultados é a maior esperança de vida feminina. Tal fato é confirmado quando desagregamos os dados por grupos de idade: 2,37% dos domicílios - do total dos 6,03% identificados para as mulheres -, estão sob responsabilidade do grupo daquelas com 65 anos ou mais.

Nas Microrregiões de Florianópolis, Itajaí e Tubarão foram encontradas as maiores proporções de unidades domésticas unipessoais femininas, acima da média do Estado, enquanto na outra ponta, na microrregião de Ituporanga, essa proporção foi de 4,79%. Porém, tal fato pode ser reflexo de vários contextos e não somente a maior esperança de vida, mas também uma dissolução conjugal ou uma maior independências das mulheres, sobretudo as mais jovens.

Gráfico 5 - Ranking das três maiores e três menores proporções de domicílios Unipessoais com responsáveis mulheres, por município – Santa Catarina - 2010

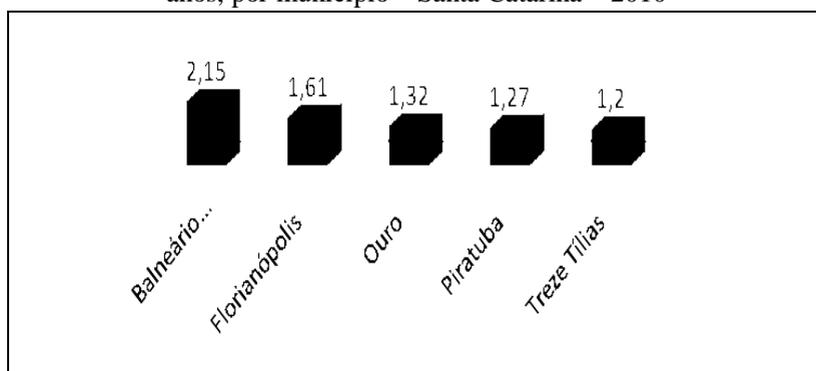


Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010. Autor Diego Fabricio Damiani

Quanto ao gráfico acima, podemos destacar duas coisas. Desagregando os dados de domicílios unipessoais por sexo só que agora

por município, o valor encontrado para Balneário Camboriú, referente à responsabilidade feminina pelo domicílio (11,59%) é quase o dobro da encontrada para o Estado (6,03%). Outro resultado que chamou atenção foi o fato de que Balneário Camboriú apresentou um expressivo percentual de responsáveis num grupo de idade mais novo; mais de 2% dos domicílios com responsáveis mulheres encontram-se na faixa dos 15 a 29 anos, o maior percentual nesta faixa etária dentre todos os 293 municípios de Santa Catarina.

Gráfico 6 - Ranking Unipessoais com responsáveis mulheres de 15 a 29 anos, por município – Santa Catarina – 2010



Fonte: IBGE – Censo Demográfico. Autor: Diego Fabricio Damiani

Então podemos destacar neste capítulo que no ano de 2010 a maioria das unidades domésticas unipessoais em Santa Catarina era composta por mulheres, superando as unipessoais masculinas em mais de 14 mil unidades. Fazendo uma análise das microrregiões, das 20 divisões de Santa Catarina, encontramos uma maioria feminina nas unidades domésticas unipessoais em 18 delas, exclusive nas microrregiões de Tijucas e Tabuleiro. Veremos a seguir mais dados referente sexo e idade.

### 5.3 SEXO E IDADE

Uma das tarefas mais importantes das ciências sociais do século XXI será observar como as estruturas etárias extremamente diferentes afetarão as relações culturais, econômicas e políticas (THERBORN, 2006, p. 450).

Anteriormente se referiu carecer a categoria “pessoa só” nas pesquisas domiciliares de significado sociológico preciso, na medida em que este quesito abrange realidades muito distintas; estudos sobre as etapas que fazem surgir uma família unipessoal exigem a consideração de histórias de vida. Em outras palavras, na fonte de dados para o nosso trabalho, o Censo Demográfico, não se pergunta, ou não é registrado por qual motivo o entrevistado reside só, ou por qual motivo houve a formação daquele arranjo unipessoal. A divisão deste universo por idades, e sempre que necessário, a subdivisão em grupos de idade, de modo a dar realce às principais categorias etárias em que se separam as gerações — jovens, adultos e idosos —, constitui a estratégia analítica aqui adotada para tornar sociologicamente mais perceptíveis tais realidades.

Segundo nos informa a publicação **Sinopse do Censo Demográfico 2010**, “a representação gráfica da estrutura por sexo e idade de determinada população é obtida através da construção das pirâmides etárias”. (página, 53). Esta representação permite, entre outras coisas, identificar o padrão etário de determinada população - se mais jovem ou mais envelhecido, por exemplo. (IBGE, 2011b).

Tabela 3 - População residente (percentual) por grupos de idade –  
1991/2010 – Santa Catarina

Grupos de idade	Ano			Variação
	1991	2000	2010	
<b>0 a 4 anos</b>	11,05	8,88	6,51	-4,54
<b>5 a 9 anos</b>	11,26	9,48	6,99	-4,27
<b>10 a 14 anos</b>	10,79	9,83	8,32	-2,47
<b>15 a 19 anos</b>	9,84	10	8,73	-1,11
<b>20 a 24 anos</b>	9,57	8,93	9,05	-0,52
<b>25 a 29 anos</b>	9,55	8,24	9,07	-0,48
<b>30 a 34 anos</b>	8,28	8,32	8,18	-0,1
<b>35 a 39 anos</b>	6,89	8,17	7,53	0,64
<b>40 a 44 anos</b>	5,58	6,84	7,43	1,85
<b>45 a 49 anos</b>	4,18	5,62	7,07	2,89
<b>50 a 54 anos</b>	3,41	4,39	5,85	2,44
<b>55 a 59 anos</b>	2,83	3,26	4,78	1,95
<b>60 a 64 anos</b>	2,39	2,64	3,58	1,19
<b>65 anos ou mais</b>	3,75	5,39	6,91	3,16

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010. Autor: Diego Fabricio Damiani

Na tabela 3, percebemos uma queda no período analisado da população na faixa etária de 0 a 34 anos. A maior queda verificada foi no grupo 0 a 4 anos, seguida pelo grupo seguinte (5 a 9 anos). No outro extremo, a população de 65 anos ou mais foi aquela que ganhou maior incremento da participação no conjunto da população em Santa Catarina de 1991 a 2010, seguida pelo grupo de 45 a 49 anos. Em outras palavras, percebemos que houve uma redução da participação dos grupos de idade inferiores aos 34 anos na população total e um aumento dos grupos acima dessa idade, refletindo a tendência de envelhecimento da população brasileira e também as quedas nas taxas de natalidade.

Segundo o IBGE (2012<sup>a</sup>, p. 51), o maior aumento na idade média da população, entre 1991 e 2010, foi verificado na área rural da Região Sul: “Em 2010, a área rural do Estado do Rio Grande do Sul foi a que apresentou a maior idade média da população, 37,2 anos”. Em 2010, a idade média da população brasileira foi de 32,1 anos. Em Santa Catarina, a idade média da população em 1991 era de 26,7 anos, atingindo em 2010 a média de 32,9 anos; uma variação no período de 6,2 anos. A estrutura etária da população de Santa Catarina está pouco acima da média nacional.

Segundo o Comunicado do IPEA (2012, p. 3, grifo meu):

O envelhecimento populacional significa uma alteração na proporção da população dos diversos grupos etários no total da população. Por exemplo, **em 1940 a população idosa representava 4,1% da população total brasileira, e passou a representar 12,1% em 2011.** O contingente, em valores absolutos, aumentou de 1,7 milhão para cerca de 23,5 milhões no mesmo período. Por outro lado, diminuiu a proporção da população jovem. A população menor de 20 anos passou a apresentar uma diminuição no seu contingente em termos absolutos e relativos. Esta tendência acentuar-se-á nas próximas décadas.

A última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) confirmou a tendência demográfica em curso no país desde os anos 1970: desaceleração no ritmo de crescimento da sua população e mudanças na estrutura etária, no sentido de seu envelhecimento. (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2012).

Sob o ponto de vista demográfico, o envelhecimento populacional é o resultado da manutenção, por um período de tempo razoavelmente longo, de taxas de crescimento da população idosa superiores às da população mais jovem. Além do envelhecimento da população total, a população idosa também envelheceu, em outras palavras, a proporção da população “mais idosa”, de 80 anos ou mais, está aumentando também, alterando a composição etária no próprio grupo (IPEA, 2012, p. 7).

O processo do envelhecimento é muito mais amplo do que uma modificação de pesos de uma determinada população, dado que altera a vida dos indivíduos, as estruturas familiares, a sociedade, etc. Problemas econômicos podem surgir à medida que o número de idosos que entram na aposentadoria comecem a superar o número de jovens que entram no mercado de trabalho. A longo prazo, isso poderá gerar uma série de problemas sociais, de menos gente para carregar o fardo das pensões e dos cuidados, de agravamento dos custos do envelhecimento e da diminuição da influencia político-econômica dos países afetados, pois a redução e o envelhecimento das populações as tornam vulneráveis não

apenas nos jogos de poder, mas também na sustentabilidade de seu bem-estar econômico e de suas preferências culturais (THERBORN, 2006)

O IPEA aponta que devido esta situação de envelhecimento da estrutura etária da população, em termos de políticas públicas, pode-se esperar um aumento na demanda por cuidados de longa duração e por serviços de saúde, além dos pagamentos de benefícios previdenciários e assistenciais por um período de tempo mais longo. Por isso, suas consequências têm sido em geral, vistas com preocupações por acarretarem pressões para transferência de recursos na sociedade, colocando desafios para o Estado, o mercado e as famílias (IPEA, 2012).

Segundo notícia da BBC<sup>16</sup>, no Brasil, a previsão é que o número de idosos triplique até 2050 – passando de 21 milhões para 64 milhões. Por essas previsões, a proporção de pessoas mais velhas no total da população brasileira passaria de 10%, em 2012, para 29%, em 2050. Um relatório de uma agência ligada à Organização das Nações Unidas (ONU), afirmou que nos próximos dez anos, o número de pessoas com mais de 60 anos no planeta vai aumentar em quase 200 milhões, superando a marca de um bilhão de pessoas. O relatório faz alerta para alguns riscos econômicos do envelhecimento da população: "Se não forem tomados os devidos cuidados, as consequências destes temas provavelmente surpreenderão países despreparados", afirma o documento.

Importou aqui abordar brevemente sobre o envelhecimento da população, pois conforme vimos anteriormente, este é um dos fatores apontados pelos pesquisadores do tema como um dos responsáveis pelo crescimento das unidades domésticas unipessoais: “o processo de envelhecimento da população terá um impacto grande sobre o crescimento do percentual de pessoas que moram sozinhas, com impactos no padrão de consumo e na demanda por habitação.” (ALVES; OLIVEIRA, 2008, p. 2).

Quando separamos os domicílios unipessoais com responsáveis mulheres (6,03%) por faixa etária no Estado, verificamos que 2,37% estão sob responsabilidade do grupo dos 65 anos ou mais; isto

---

16

Disponível

em:

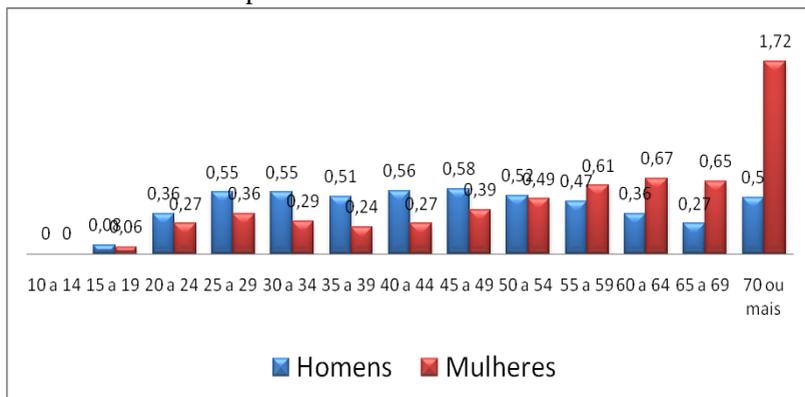
<[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/10/121001\\_populacao\\_idos\\_a\\_dg.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/10/121001_populacao_idos_a_dg.shtml). Acesso em out. de 2012.

representa que quase 40% das unipessoais de mulheres são de responsabilidade de uma população idosa; são pouco mais de 47 mil domicílios nesta situação no total de 120 mil. Agora, se analisarmos o grupo de unipessoais compostos por mulheres acima dos 60 anos, teremos incríveis 3,07%, isto é mais da metade do total das unidades domésticas unipessoais formadas por mulheres (6,03%). As mulheres no grupo dos 70 anos ou mais são a maioria: 1,72%.

Quanto aos homens, do total de 106 mil domicílios unipessoais identificados sob suas responsabilidades, verificamos pouco mais de 15 mil domicílios (0,77%) compostos pelo grupo etário de 65 anos ou mais. Isto é aproximadamente 15% do total dos unipessoais masculinos, bem diferente das mulheres que para o mesmo grupo de 65 anos ou mais representou 40%, conforme citado anteriormente. Para os homens, o maior percentual dos domicílios unipessoais tem responsáveis no grupo dos 45 aos 49 anos: 0,58%.

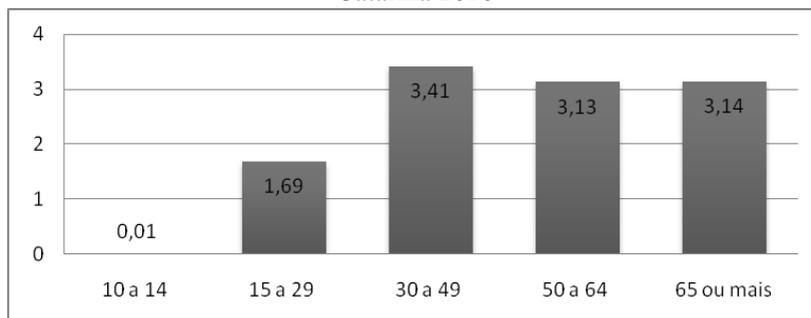
No gráfico abaixo (gráfico 7), podemos observar que a proporção de domicílios habitados por homens do grupo 15 até 54 anos, supera o das mulheres deste mesmo grupo etário, no entanto, no grupo posterior, a partir dos 55 anos em diante, percebemos a inversão; foi identificado um número maior de domicílios sob responsabilidade das mulheres. Podemos perceber que para os homens a maior concentração de domicílios unipessoais ocorre em um grupo de idade mais novo, dos 25 aos 59 anos; ainda, percebe-se uma distribuição quase homogênea do percentual de unidades para os homens entre estas idades.

Gráfico 7 - Domicílios unipessoais (%l) por grupos de idade e sexo do responsável – Santa Catarina - 2010



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010. Autor Diego Fabricio Damiani

Gráfico 8 - Unipessoais (percentual) por grupos de idade – Santa Catarina 2010



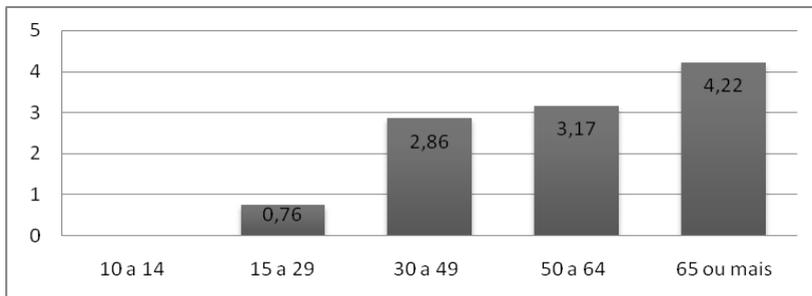
Fonte: IBGE - Censo demográfico 2010

A maioria das unidades unipessoais é formada no Estado pelo grupo de “jovens adultos” (30-49). Para comparação, analisando a grande região Sul, a maior composição dos unipessoais deu-se na faixa etária dos 65 anos ou mais (4,06%), percentual alavancado pelo Estado do Rio Grande do Sul, onde foi encontrado quase 5% de unipessoais nesta faixa; para nível Brasil, o maior percentual foi na faixa etária dos 30-49.

O Estado de Santa Catarina está dividido em seis mesorregiões geográficas e vinte microrregiões. Não nos ocuparemos neste momento em analisar o quesito sexo e idade de todas as microrregiões e sim destacaremos algumas que chamaram atenção durante o processo de elaboração das tabelas deste capítulo, tal como vem sendo realizado ao longo do trabalho até o momento.

As microrregião do Tabuleiro (gráfico 9) e Canoinhas chamaram atenção por apresentar uma estrutura de unidades unipessoais bem envelhecida, devida à grande quantidade de unipessoais compostos por idosos (65 anos ou mais) e poucos jovens (15-29). Dentre as 20 microrregiões geográficas do Estado, a Tabuleiro e Canoinhas apresentaram a maior composição de unipessoais formadas pela população acima dos 65 anos, 4,2% e 3,83%, respectivamente.

Gráfico 9 - Unipessoais (percentual) por grupos de idade – Microrregião do Tabuleiro - 2010



Fonte: IBGE - Censo demográfico 2010

Conforme veremos adiante, a microrregião do Tabuleiro é a aquela que possui o maior percentual de domicílios na situação Rural. Digo isto porque Camarano e Abramovay (1999) chamaram nossa atenção, analisando os movimentos migratórios e do êxodo rural nos últimos 50 anos, para o fator do “envelhecimento e a masculinização da população que vive no campo”. (página 02). Segundo os autores, são cada vez mais os jovens que vêm deixando o meio rural e entre estes é preponderante a participação das mulheres:

Em 1950, há mais moças que rapazes no meio rural brasileiro. Em 1960, a proporção entre os sexos é praticamente a mesma para ir aumentando a cada década o predomínio populacional dos rapazes. Em 1996, o número de rapazes na faixa de 15 a 24 anos foi superior em 14% ao número de moças (CAMARANO; ABRAMOVAY, p. 16).

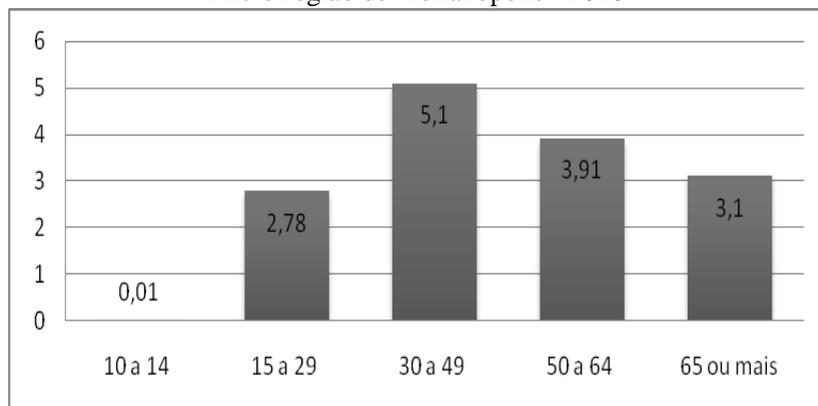
Esta pode ser uma das hipóteses que explique a quantidade de idosos residindo sós nestas microrregiões.

Bem verdade, só o tema migração mereceria um destaque especial, tamanha sua dinâmica e complexidade devido às suas transformações.

Quanto à microrregião de Joinville, esta apresentou a menor composição (percentual) de pessoas da faixa dos 65 anos ou mais residindo sozinha: 2,51%; seguido da microrregião de Blumenau com 2,82%.

Quanto a microrregião de Florianópolis (gráfico 10), chama atenção o esmagador percentual de unipessoais no grupo de 30 a 49 anos. Certamente esta microrregião fez alavancar a composição deste grupo etário para o nível de Estado. Enquanto a média de unipessoais no grupo etário 30-49 nas microrregiões do Estado foi de 2,90%, a microrregião de Florianópolis apresentou mais de 5% de unidades domésticas unipessoais formadas por pessoas deste grupo, fazendo com isso o percentual subir para os 3,4% desta faixa etária no conjunto do Estado. Este percentual encontrado nesta microrregião sugere uma população de unipessoais formada por adultos jovens economicamente ativos e também estáveis em suas ocupações remuneradas.

Gráfico 10 - Unipessoais (percentual) por grupos de idade –  
Microrregião de Florianópolis - 2010



Fonte: IBGE - Censo demográfico 2010

Tabela 4 - Número de Unipessoais (relativo e absoluto) por grupos de idade 1991/2010 – Santa Catarina

Grupos de idade	1991		2000		2010	
	Domicílios (Unidades)	Domicílios (Percentual)	Domicílios (Unidades)	Domicílios (Percentual)	Domicílios (Unidades)	Domicílios (Percentual)
<b>10 a 14</b>	21	0	30	0	101	0,01
<b>15 a 29</b>	9.062	0,75	17.932	1,13	33.583	1,69
<b>30 a 49</b>	13.857	1,15	34.633	2,18	67.804	3,41
<b>50 a 64</b>	11.979	0,99	27.712	1,74	62.308	3,13
<b>65 ou mais</b>	18.815	1,56	34.289	2,17	62.538	3,14

Fonte: IBGE – Censo demográfico Autor: Diego Fabricio Damiani

Exclusiva a categoria 10 a 14 anos<sup>17</sup>, a categoria dos que vivem sozinhos com 15 a 29 anos de idade é a menos representada no universo das unidades domésticas unipessoais em Santa Catarina, ficando aquém dos 2% do total de pessoas sós. Até os 29 anos é a faixa etária que, em moldes gerais, pode ser considerada como correspondendo à transição para a fase adulta. (GOMES, 2003). Neste grupo “os jovens tendem aí a permanecer com a família de origem até idades mais ou menos tardias” (CAVALLI; GALLAND, 1995; CAVALLI, 1997; ROQUERO, 1997 apud GOMES 2003, p. 3), saindo, em sua maioria, da casa dos pais para viverem em conjugalidade. A comparação com os dados do censo de 1991 mostra ter havido crescimento nas unipessoais para este grupo, sintoma de que os processos de individualização se vão gradualmente afirmando, e que a saída da casa de alguns jovens pode não passar, pelo menos num primeiro momento, pelo casamento (GOMES, 2003), por exemplo.

A maior variação positiva daqueles que residem sozinhos no período analisado deu-se no grupo 30-49 anos, são aqueles que Gomes (2003) classificou como “adultos jovens”, idades em que se tendem a consolidar inserções profissionais, situações familiares e estilos de vida.

Conforme mencionado anteriormente, não houve (até a data deste trabalho), disponibilização por parte do IBGE dos dados “unipessoais X nível de instrução” no sistema de recuperação automática de dados (SIDRA). Deste modo, neste momento, não precisamos informar se é superior, igual ou inferior o nível de instrução daqueles que moram sozinhos do restante da população. Podemos repassar as informações do próprio IBGE (2012<sup>a</sup>, p. 88) para nível Brasil:

O nível de instrução é uma variável importante na configuração do perfil das unidades domésticas unipessoais, especialmente, quando a análise leva em conta o sexo dos responsáveis. O nível geral de escolaridade não é satisfatório, na medida em que mais da metade dos indivíduos que viviam em unidades domésticas unipessoais não tinham instrução ou fundamental incompleto. Por outro

---

<sup>17</sup> A população 0 a 14 anos não será aqui, neste momento, objeto de análise porque, dada a pequena expressão das pessoas sós neste grupo, não corresponde a valores estatisticamente analisáveis.

lado, as mulheres que viviam sozinhas apresentaram um nível de instrução melhor do que dos homens, com 16% delas com superior completo.

Em outra análise, Gomes (2003, p. 38) nos informa:

Estando em consonância com os resultados de muitos outros estudos sobre a escolarização de homens e mulheres jovens que vivem sozinhos, os dados parecem evidenciar ser a escolaridade prolongada potencializadora de estilos de vida alternativos e inovadores, particularmente para o sexo feminino, mas também muito claramente para o sexo masculino.

O autor prossegue informando que a condição perante a atividade econômica configura-se igualmente como um fator determinante da maior ou menor individualização residencial dos jovens:

A grande maioria dos que vivem sozinhos exerce atividade profissional, o que vem reafirmar a importância de ter um emprego para prover os recursos necessários à manutenção de uma vida independente [...] É no grupo etário dos 18 aos 24 anos que o volume de estudantes é mais considerável, enquanto a maioria dos jovens sós dos 25 aos 29 anos estão concentrados no exercício de uma atividade profissional (Ibidem).

Podemos inferir segundo informações do autor que os jovens sós têm em geral uma presença mais acentuada no mercado de trabalho.

Novamente, não houve a disponibilização de dados “Unipessoais X estado civil” para outros níveis territoriais, somente para Brasil. O que podemos é repassar os resultados para Brasil e agregar os dados recentes das Estatísticas do Registro Civil 2011 para Santa Catarina.

A análise dos dados sobre o estado civil dos que vivem sós mostra, para nível Brasil, que entre as mulheres, cerca de 40% são viúvas, enquanto entre os homens o estado de viuvez está presente em apenas 10% dos responsáveis, sendo a maioria deles solteiros.

Elaborando uma tabela com os dados da pesquisa para Santa Catarina para o ano de 2010, verificamos que em uma média 63% das

dissoluções conjugais ocorrem no grupo entre os “jovens adultos” (30 e 49 anos), número equivalente para homens e mulheres nesta faixa.

Importante informar e ressaltar, em se tratando de unidades domésticas unipessoais, que a esmagadora maioria da responsabilidade pela guarda dos filhos menores de idade, nas separações judiciais concedidas em 1ª instância foi concedida para as mulheres em 2010 em Santa Catarina, ao redor de 87%, contra 6% para o marido, 5% para ambos e 1% entre outros.

Deste modo, provavelmente os unipessoais desta faixa etária inclui, também, mais homens com casamentos dissolvidos sem filho.

Tabela 5 - Separações judiciais (%) concedidas em 1ª instância, por grupos de idade do marido e da mulher 2011 – Santa Catarina

Grupos de idade na data da sentença	Sexo	
	Homem	Mulher
<b>Menos de 20 anos</b>	-	0,5
<b>20 a 24 anos</b>	1,85	5,38
<b>25 a 29 anos</b>	8,4	11,93
<b>30 a 34 anos</b>	14,79	16,64
<b>35 a 39 anos</b>	12,77	17,31
<b>40 a 44 anos</b>	17,31	11,26
<b>45 a 49 anos</b>	17,31	18,82
<b>50 a 54 anos</b>	13,78	9,08
<b>55 a 59 anos</b>	7,23	5,21
<b>60 a 64 anos</b>	4,2	2,02
<b>65 a 69 anos</b>	1,01	0,5
<b>70 a 74 anos</b>	0,84	0,84
<b>75 anos ou mais</b>	0,5	0,17
<b>Idade ignorada</b>	-	0,34

Fonte: IBGE - Estatísticas do Registro Civil 2011

O IBGE informa que na análise da série das pesquisas do registro civil, vê-se que a cada época em que ocorreram alterações na legislação sobre divórcios houve elevação do patamar da taxa geral de divórcio. A elevação da taxa geral de divórcio mostra, para além da questão legal, a consolidação da aceitação do divórcio pela sociedade brasileira, revela a ampliação do acesso e a desburocratização dos serviços de justiça referentes ao assunto (IBGE, 2012c).

O casamento deixou de ser eterno e a idéia arraigada de tempos atrás, de que não era bom para uma criança crescer sem o pai e a mãe

juntos, mostrou-se irreal. A visão de que é melhor os filhos conviverem com o pai e a mãe, mas fora de uma relação conflituosa, dá segurança às pessoas para romperem com casamentos que não tenham dado certo (Revista Sociologia, número 06).

A competição entre os sexos influenciou os desejos e as decisões de entrar e de sair de uniões conjugais, afetando diretamente o celibato, a idade de entrada em união, o tipo de união conjugal escolhido, sua duração, seu rompimento e início ou não de novas uniões (BERQUÓ apud NASCIMENTO, 2006, p. 21).

Conforme Bauman (2001, p. 169 e 172), em tempos marcados pelo desengajamento, no qual os laços são frágeis e a sociedade deixou de ser sólida e passou a ser líquida:

“Casamentos até que a morte nos separe” estão decididamente fora de moda e se tornaram uma raridade: os parceiros não esperam mais viver muito tempo juntos [...] ecoa a passagem do casamento para o “viver junto” com todas as atitudes disso decorrentes e conseqüências estratégicas, incluindo a suposição da transitoriedade da coabitação e da possibilidade de que a associação seja rompida a qualquer momento e por qualquer razão.

Segundo Giddens (1991) nas relações de intimidade do tipo moderno, a possibilidade de rompimento está sempre mais ou menos presente. Os laços pessoais e de intimidades podem ser rompidos e podem voltar à esfera dos contatos impessoais; “relações íntimas podem ser mantidas à distância e laços pessoais são continuamente atados com outrora que nos eram desconhecidos.” (GIDDENS, 1991, p. 127).

Este panorama descrito por Bauman e Giddens é bem diferente daquele traçado por Lima Barreto no livro **Triste Fim de Policarpo Quaresma** (1915), quando descreve a situação da personagem Ismênia, que vive na época do início da República no Brasil, século 19, e que retrata a posição e o comportamento das mulheres daquela época:

Desde menina, ouvia a mamãe dizer: ‘Aprenda a fazer isso, porque quando você casar...’ A todo instante e a toda hora, lá vinha aquele – ‘porque quando você se casar...’ – e a menina foi se convencendo de que toda a existência só tendia para o casamento. Casar-se se lhe representou coisa importante, uma espécie de dever, que não casar, ficar solteira, tia, parecia-lhe um crime, uma vergonha. De resto, não era só dentro de sua família que ela encontrava aquela preocupação. No colégio, na rua, em casa das famílias conhecidas, só se falava em casar. ‘Sabe, Dona Maricota, a Lili casou-se; não fez grande negócio, pois parece que o noivo não é lá grande cousa’; ou então: ‘A Zezé está doida para arranjar casamento, mas é tão feia, meu Deus!’... (BARRETO, 1997, p. 38).

Este trecho acima vai ao encontro do que nos informa Giddens (2000, p. 63) sobre o casamento na época da Europa Medieval que não tinha o amor como fundamento e a família, os filhos, eram muito mais uma unidade econômica; o casamento era semelhante a um estado da natureza e “tanto para os homens como para as mulheres era definido como uma fase da vida, uma experiência pela qual a maioria deveria passar. Quem permanecia fora dele era visto com escárnio, em especial as solteiras”. Por fim, afirma que “a função econômica da família perdeu importância e o amor, ou o amor mais a atração sexual, se tornou a parte fundamental dos laços do matrimônio posteriormente.” (Ibidem).

Goldani (1994) estudando o crescimento dos arranjos unipessoais na década de 1980 apontou que estes representavam, além de outros fatores, uma etapa da desagregação do núcleo conjugal familiar e identificou naquele período:

Uma maior propensão entre divorciados e separados de residirem sozinhos nas idades 30-59 anos, somada ao fenômeno de crescente ruptura matrimonial voluntária (a probabilidade de separação e divórcio mais do que dobrou nos últimos 40 anos). Ou seja, as unidades unipessoais masculinas nestas idades intermediárias estariam predominantemente definidas por separados e divorciados, enquanto para as mulheres pesaria mais a viuvez (GOLDANI, 1994, p. 12).

Por fim, conclui a autora que o crescimento dos arranjos unipessoais, naquele período, estava dado por homens mais jovens solteiros e mulheres mais velhas separadas, além de viúvas. Este panorama possivelmente retrata o que ocorre nas microrregiões de Florianópolis (quanto a jovens solteiros) e a microrregião do Tabuleiro (quanto as mais velhas separadas e viúvas).

Berquó e Cavenaghi (1988, p. 166), em pesquisa sobre os unipessoais na década de 80, verificando as pessoas que residiam sozinhas por estado conjugal, concluíram que no Brasil “entre 15 e os 29 são poucas as mulheres morando sozinhas, pois, ou moram com os pais ou já constituíram sua própria família, casando-se em média aos 22 anos”. As autoras informam ainda que para os homens, chamou atenção o fato de que até a idade dos 60 anos, os solteiros se constituíram na absoluta maioria dos homens que viviam sozinhos:

Esta predominância de solteiros para os homens e de viúvas para as mulheres encontra paralelo também em alguns países europeus, como é o caso, por exemplo, da Grã-Bretanha, onde 46,8% dos homens sozinhos, em 1985, eram solteiros enquanto 68,4% das mulheres eram viúvas (BERQUÓ; CAVENAGHI, 1988, p. 174).

Para Alves e Barros (2008), estas diferenças de sexo e idade na composição das unidades unipessoais reflete o processo diferenciado da transição para a vida adulta entre homens e mulheres. Em maior proporção, as mulheres jovens tendem a ficar na casa dos pais ou a constituir uma outra moradia via casamento ou o nascimento dos filhos, enquanto uma parcela um pouco maior de homens buscam uma moradia independente. Contudo este padrão tem começado a mudar, pois a percentagem de mulheres morando sozinhas tem crescido nas idades mais jovens e a dos homens tem crescido nas idades mais avançadas.

Aprofundando mais esta questão da idade, O Censo Demográfico 2010 inovou ao introduzir no conjunto do universo a investigação sobre a ocorrência de óbitos<sup>18</sup> de pessoas que haviam residido com moradores

---

<sup>18</sup> No Censo de 1980, por exemplo, este quesito foi investigado no questionário da Amostra.

do domicílio. Em 2010, a pergunta teve como objetivo permitir a comparação com as informações oriundas da pesquisa Estatísticas do Registro Civil, do IBGE, e do Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM, do Ministério da Saúde, e para contribuir na construção de tábuas de mortalidade desagregadas por situação do domicílio, entre outras variáveis de natureza demográfica e socioeconômica (IBGE, 2011b). Esta informação referente ao número de óbitos permite afirmar que grande parte deste universo de responsáveis idosas é constituída por viúvas.

Segundo Alonso (2009, p. 4): “A elevada parcela de mulheres idosas como responsáveis pelos domicílios unipessoais pode ser explicada, dentre outros fatores, pela viuvez, condição esta que atinge proporções bem mais elevadas entre as mulheres do que entre os homens”.

Tabela 6 - Óbitos de pessoas que haviam residido com moradores dos domicílios particulares, ocorridos de agosto de 2009 a julho de 2010 por sexo e grupo de idade da pessoa falecida – Santa Catarina

Grupos de idade da pessoa falecida	Sexo da pessoa falecida			Participação relativa	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
<b>1 a 4 anos</b>	0,51	0,31	0,2	61%	39%
<b>5 a 9 anos</b>	0,36	0,23	0,13	64%	36%
<b>10 a 14 anos</b>	0,52	0,31	0,2	60%	38%
<b>15 a 19 anos</b>	1,74	1,37	0,37	79%	21%
<b>20 a 24 anos</b>	2,56	1,99	0,56	78%	22%
<b>25 a 29 anos</b>	2,32	1,67	0,65	72%	28%
<b>30 a 34 anos</b>	2,36	1,69	0,67	72%	28%
<b>35 a 39 anos</b>	2,86	1,89	0,97	66%	34%
<b>40 a 44 anos</b>	3,79	2,5	1,29	66%	34%
<b>45 a 49 anos</b>	5,16	3,36	1,8	65%	35%
<b>50 a 54 anos</b>	6,28	3,99	2,29	64%	36%
<b>55 a 59 anos</b>	7,16	4,49	2,67	63%	37%
<b>60 a 64 anos</b>	8,13	4,96	3,16	61%	39%
<b>65 a 69 anos</b>	9,04	5,34	3,7	59%	41%
<b>70 a 74 anos</b>	10,09	5,66	4,43	56%	44%
<b>75 a 79 anos</b>	10,67	5,91	4,76	55%	45%
<b>80 a 84 anos</b>	10,46	4,99	5,47	48%	52%
<b>85 a 89 anos</b>	7,47	3,07	4,4	41%	59%
<b>90 a 94 anos</b>	3,85	1,29	2,56	34%	66%
<b>95 a 99 anos</b>	1,39	0,46	0,93	33%	67%
<b>100 anos ou mais</b>	0,44	0,15	0,3	34%	68%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010. Autor Diego Fabricio Damiani

Os dados na tabela acima indicam a mortalidade masculina em todos os grupos de idade apresentados. Esse percentual atinge seu valor máximo no grupo dos 15 aos 19 anos onde expressivos 79% dos óbitos são provenientes da população masculina.

Segundo os dados ainda, é somente no grupo a partir dos 80 anos que o número de óbitos da população feminina supera a masculina, este último decorre do fato de que nestas idades mais avançadas há muito mais mulheres que homens.

Os valores muito elevados de óbitos nos grupos de 15 a 19, 20 a 24 e 25 a 29 anos de idade podem ser decorrentes de causas externas ou violentas, como homicídios e acidentes de trânsito, que atingem com maior intensidade a população masculina.

A demógrafa Tiza Aidar, na reportagem **Violência reduz número de homens no Brasil**, nos informa:

Historicamente, os homens morrem mais cedo do que as mulheres. O problema é que, nos últimos 20 anos, a violência urbana tem contribuído radicalmente para ampliar a diferença das taxas de mortalidade de homens e mulheres. A grande questão é que essa taxa não se dá apenas por causas naturais. O exame dos dados pode apontar que as mortes por homicídio também são responsáveis pelo aumento da diferença entre homens e mulheres. O homicídio de jovens está crescendo de forma assustadora em todo país e com a continuação desta guerra urbana, essa disparidade de gênero tende a se ampliar cada vez mais (Revista Sociologia... p. 40).

A reportagem nos informa ainda que estudos do Núcleo de Estudos da Violência da USP, assim como o Sociólogo Sergio Adorno, apontam o narcotráfico e o crime organizado como também responsáveis para o aumento da mortalidade masculina.

Caso essa diferença entre sexo continue crescendo, especialistas acreditam que, em breve, a própria estrutura do casamento poderá sofrer grandes mudanças. A doutora em Antropologia Social, Irene Maria Ferreira Barbosa, acredita que se a razão de sexos continuar aumentando, as mulheres terão de aceitar dividir o marido com outras parceiras fixas; seria uma forma da população feminina minimizar os riscos de não encontrar um cônjuge, explica a antropóloga:

Já existem homens que mantêm mais de um lar simultaneamente e com o consentimento de ambas as parceiras. Isso ainda não é tão comum, mas pode ser que a incidência disso comece a aumentar na sociedade se a diferença entre os gêneros se acentuar. (Revista Sociologia... p. 42).

#### 5.4 SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEXO E IDADE

É bastante difundida — e não só entre os especialistas da área — a informação de que, entre 1960 e 1980, o êxodo rural brasileiro alcançou um total de 27 milhões de pessoas. Poucos países conheceram movimentos migratórios tão intensos, quer se considere a proporção ou a quantidade absoluta da população rural atingida (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999, p. 1).

Faissol (1994) traçou um panorama dos deslocamentos populacionais para a década de 80 no Brasil. Segundo o autor, as migrações internas constituem o processo mais importante associado ao processo de urbanização, pois é essencialmente em função das migrações internas que uma considerável porção da população rural migra para as áreas urbanas, num processo por etapas. Ela ocorre das cidades pequenas para as maiores e também se processa tanto ao nível individual quanto ao nível da família, ou seja, com frequência migra primeiro aquele que é considerado o “chefe” da família ou o filho mais velho adulto, depois seguindo o restante ou os outros membros da família. Parcela grande destes migrantes é constituída de homens, adultos, na faixa etária de 20 a 35 anos. Contudo, Camarano e Abramovay (1999), chamaram nossa atenção para a novidade do envelhecimento e a masculinização da população que vive no campo.

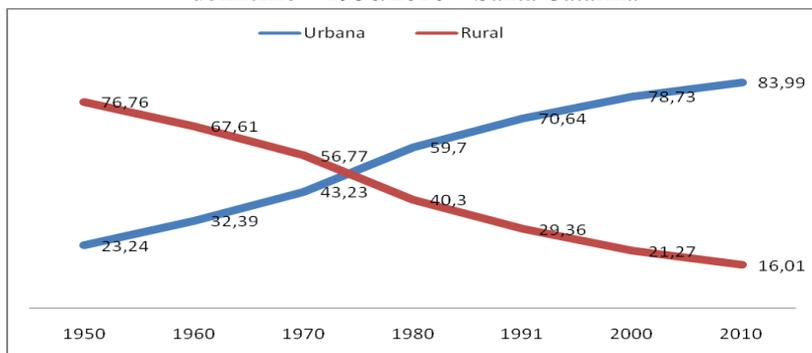
O Censo Demográfico 2010 revelou a continuidade do processo de urbanização no Estado. A grande região Sul chamou atenção pelo deslocamento populacional entre os Estados que o compõe. Santa Catarina foi classificado como sendo um Estado de baixa absorção (quando comparado com outras Unidades da Federação) e que mais de 80% das pessoas que recebeu entre 2000 e 2010 vieram do Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo.

A população urbana com 5.247.913 habitantes representou 83,99% da população total, enquanto 1.000.523 habitantes residiam em áreas rurais (Gráfico 11). O acréscimo de mais de um milhão de habitantes urbanos resultou no aumento do grau de urbanização, que passou de 78,73%, em 2000, para 83,99%, em 2010. O Estado detinha o menor grau de urbanização da região Sul na época da pesquisa em 2010, 83%, enquanto Paraná e Rio Grande do Sul estavam na faixa dos 85%. (IBGE, 2011b)

Este percentual de mais de 80% da população vivendo em áreas consideradas Urbanas em Santa Catarina é uma tendência verificada para o conjunto da América Latina, conforme Divulgado na publicação da ONU **Estado de las ciudades de América Latina y el Caribe 2012: Rumbo a una nueva transición urbana:**

*América Latina y el Caribe experimentaron en el siglo pasado un proceso de crecimiento demográfico y aumento veloz de la cantidad de población en áreas urbanas que fueron determinantes para las condiciones de vida y la configuración actual de sus ciudades. La región tiene actualmente una tasa de urbanización de casi el 80%, la más elevada del planeta, prácticamente el doble de la existente en Asia y África y superior a la del grupo de países más desarrollados. Una característica del fenómeno en la región es que el giro rural-urbano se produjo en menos de 40 años (1950-1990), con un ritmo tan acelerado que se ha podido calificar de “explosión urbana”. (p. 18).*

Gráfico 11 - Proporção da população residente, por situação do domicílio – 1950/2010 – Santa Catarina



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1950/2010. Até 1991, dados extraídos de Estatísticas do Século XX, Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil, 1993, vol 53, 1993.

Em 1950, por exemplo, dos 1.560.502 habitantes recenseados neste ano, 1.197.785 indivíduos residiam em áreas rurais, representando 76% da população total; situação típica de um Estado que tinha sua base econômica voltada para as atividades agrícolas.

Em 1980, o número de habitantes residindo em áreas urbanas (2.201.350) ultrapassa o número de habitantes residindo em áreas rurais (1.486.302) pela primeira vez.

Segundo Faissol (1994, p. 158), o processo de urbanização foi o fenômeno mais importante entre as décadas de 60 e 80 no Brasil, afetando a economia e o modo de vida de milhões de brasileiros:

O processo de urbanização – sem dúvida o mais dramático e importante problema que os países em desenvolvimento, em geral, estão enfrentando desde o fim da Segunda Guerra Mundial – tem sido pensado como o principal e necessário caminho na direção do desenvolvimento econômico e social, inclusive porque pressupõe a industrialização; em verdade ele tem produzido este desenvolvimento, associado à industrialização, mas envolvendo custos sociais, cuja aceitação e validação se precisa discutir.

Faissol chamava nossa atenção para o processo de urbanização e as fortes migrações internas que os cercam como causadores do processo de pobreza urbana, pois, formava-se assim, uma extensa faixa periférica pobre e desassistida nos arredores das grandes aglomerações urbanas e metropolitanas.

De fato, a urbanização é um fenômeno que abrange muitos fatores essenciais as nossas vidas: habitação e saneamento básico, transporte, ocupação dos espaços, desigualdades econômicas e sociais nas cidades, etc. e assim como a questão da migração, mereceria um destaque para tratar deste tema.

Vale lembrar que o aumento da população urbana ocorre basicamente em conseqüência de três fatores: do próprio crescimento vegetativo<sup>19</sup> nas áreas urbanas, da migração com destino urbano e da incorporação de áreas que em censos anteriores eram consideradas rurais. (IBGE, 2000).

A atração migratória do campo para cidade é realizada pela visão de emprego e serviços que se supõe existir nas grandes cidades, mas a localização da massa daqueles imigrantes em busca de uma ocupação remunerada que lhe de outras oportunidades que não tinham no meio rural, no geral, se faz nas periferias urbanas.

Segundo nos informa o Instituto de pesquisa econômica aplicada (IPEA), sobre o fenômeno da migração:

A migração não é, na maior parte dos casos, uma aventura. Ao contrário, deve ser considerada como deslocamento à procura de trabalho e renda. Migra-se de uma região para outra – ou internamente às regiões – com a intenção de melhoria das condições pessoais ou da família. Migra-se para atenuar as dificuldades vividas na origem, sejam ligadas ao baixo dinamismo das economias locais ou às vulnerabilidades e carências no sistema de proteção social. (IPEA, 2010, p.16).

Vimos que para o conjunto total do Estado, houve o predomínio das mulheres nos domicílios da espécie unipessoal, ou seja, havia mais

---

<sup>19</sup> O crescimento vegetativo é calculo do número de nascimentos menos o número de mortes.

mulheres residindo sozinhas do que homens em Santa Catarina em 2010. Contudo, quando desagregamos os dados dos domicílios unipessoais por situação - Urbano e Rural - conforme tabela abaixo, verificamos que este predomínio de mulheres responsáveis pelo domicílio foi um fenômeno da área Urbana.

Tabela 7 - Domicílios unipessoais, segundo sexo do responsável e situação – Santa Catarina - 2010

Situação do domicílio	Sexo da pessoa responsável pelo domicílio	Variável	
		Domicílios particulares permanentes (Unidades)	Domicílios particulares permanentes (Percentual)
<b>Total</b>	<b>Homens</b>	106.110	5,32
	<b>Mulheres</b>	120.224	6,03
<b>Urbana</b>	<b>Homens</b>	89.750	4,5
	<b>Mulheres</b>	110.525	5,55
<b>Rural</b>	<b>Homens</b>	16.360	0,82
	<b>Mulheres</b>	9.699	0,49

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010.

Dos mais de 120 mil domicílios unipessoais sob responsabilidade da mulher, 110.525 unidades estavam localizados na área Urbana, ou seja, pouco mais de 90%, enquanto para os homens, foram identificadas 89.750 unidades de um total de 106 mil, equivalente a 83%. No entanto, quando analisamos a área Rural, os números, claro, se invertem; houve na área Rural o predomínio de domicílios sob responsabilidade dos homens.

A atração exercida pelas áreas urbanas explica-se não só pela natureza da dinâmica econômica, mas também pela evolução gradual na busca dos serviços públicos essenciais, como hospitais e educação, além de outros tipos de serviços. No processo de urbanização obtido através da transferência das pessoas residentes nas áreas rurais, pequenas localidades, para a urbana, a economia urbana subordina e transforma a economia rural, integrando a agricultura às necessidades do mercado urbano (MAGNOLI; ARAÚJO, 1996, p. 194).

Este maior contingente de população masculina na área rural - dos mais de 1 milhão de habitantes nesta situação, aproximadamente 522 mil eram homens – pode ser explicada também “pela seletividade da variável sexo nas correntes emigratórias de áreas rurais com destino urbano e pela natureza específica de determinadas atividades na agropecuária e na extração.” (IBGE, 2011a, p. 49). Na área Rural, em função do tipo de atividade, são os homens que predominantemente permanecem para trabalhar a terra<sup>20</sup>.

Quando desagregamos os dados da situação do domicílio por sexo e grupos de idade por microrregiões geográficas de Santa Catarina, destacamos as seguintes situações em 2010:

- ✓ A microrregião de Florianópolis possui o maior percentual de jovens (15-29 anos) homens e mulheres residindo sozinhos na situação Urbana: 1,53% e 1,17%, respectivamente;
- ✓ A microrregião do Tabuleiro possui o maior percentual de jovens (15-29 anos) homens e mulheres residindo na situação rural: 0,29% e 0,05%, respectivamente;
- ✓ A microrregião de Curitibanos possui o maior percentual de idosos residindo sozinhos na situação urbana: 0,89%;
- ✓ A microrregião de Campos de Lages possui o maior percentual de idosas residindo sozinhas na situação urbana: 2,15%;
- ✓ A microrregião do Tabuleiro possui o maior percentual de idosos, homens e mulheres, residindo sozinhos na situação rural: 0,77% e 1,42%.

Vale destacar que a microrregião do Tabuleiro é a que possui o maior percentual de domicílios em área Rural dentre todas as microrregiões do Estado (Tabela 8), este pode ser uns dos motivos que explique a predominância desta microrregião nos resultados das unidades domésticas unipessoais em situação Rural por sexo e idade. Mais de 63% dos domicílios da microrregião do Tabuleiro encontravam-se na situação rural.

---

<sup>20</sup> Para complementar esta informação sugerimos ler o texto para discussão nº 621 do IPEA: **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**, dos autores Ana Amélia Camarano e Ricardo Abramovay, 1999.

Tabela 8 - Total de Domicílios (percentual) por situação rural e sexo - 2010 - Santa Catarina

Microrregião Geográfica	Sexo da pessoa responsável (percentual)		
	Homens	Mulheres	Total Rural
<b>Tabuleiro</b>	46,21	16,84	63,05
<b>Ituporanga</b>	38,87	7,08	45,95
<b>São Miguel do Oeste</b>	32,54	6,46	39
<b>Canoinhas</b>	24,88	7,64	32,52
<b>Concórdia</b>	26,05	5,69	31,74
<b>Araranguá</b>	22,99	6,62	29,61
<b>Rio do Sul</b>	22,74	6,64	29,38
<b>Xanxerê</b>	24,19	4,89	29,08
<b>Tijucas</b>	17,99	6,98	24,97
<b>Chapecó</b>	20,28	3,92	24,2
<b>Tubarão</b>	14,95	5,47	20,42
<b>Joaçaba</b>	15,42	3	18,42
<b>Curitibanos</b>	15,25	2,95	18,2
<b>Campos de Lages</b>	14,89	2,94	17,83
<b>Criciúma</b>	7,2	2,45	9,65
<b>Blumenau</b>	6,59	2,92	9,51
<b>São Bento do Sul</b>	6,94	1,94	8,88
<b>Joinville</b>	4,74	1,54	6,28
<b>Itajaí</b>	3,47	1,34	4,81
<b>Florianópolis</b>	2,87	1,42	4,29

Fonte: IBGE - Censo demográfico 2010

## 5.5 RENDA, SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E SEXO

O Censo 2010 revelou que o rendimento nominal mensal domiciliar per capita<sup>21</sup> da maioria dos responsáveis pelos domicílios unipessoais no Estado estava na faixa de mais de 1 a 2 salários

<sup>21</sup> Considerou-se como rendimento nominal mensal domiciliar per capita a divisão do rendimento mensal domiciliar pelo número de moradores do domicílio particular, exclusive aqueles cuja condição no domicílio fosse pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. Como tratamos dos unipessoais (1 morador), é a renda deste morador.

mínimos<sup>22</sup>; em outras palavras, dos quase 12% de domicílios unipessoais no Estado, 3,60% tinham responsáveis com rendas entre R\$ 1 a 2 salários mínimos na época da pesquisa. (tabela 9). O mesmo ocorre para a grande região Sul; porém, a nível Brasil, a maioria relativa das unipessoais está na faixa de mais de ½ a 1 salário mínimo.

O rendimento familiar é um parâmetro do bem-estar da família, especialmente na sociedade brasileira onde a oferta de serviços classificados como essenciais ou básicos como saúde e educação ainda não são suficientes para garantir um desenvolvimento pleno das pessoas que compõem a família. Nessa medida, a renda familiar *per capita* é um indicador bastante eficaz para caracterizar o perfil socioeconômico das famílias brasileiras.

Tabela 9 - Total de Unipessoais (relativo e absoluto) por classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita – 2010 – Santa Catarina

Unidade da Federação	Classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita	Variável	
		Domicílios (Unidades)	Domicílios (Percentual)
Santa Catarina	Até 1/8 de salário mínimo	351	0,02
	Mais de 1/8 a 1/4 de salário mínimo	801	0,04
	Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	2.224	0,11
	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	49.390	2,48
	<b>Mais de 1 a 2 salários mínimos</b>	<b>71.835</b>	<b>3,6</b>
	Mais de 2 a 3 salários mínimos	31.967	1,6
	Mais de 3 a 5 salários mínimos	27.270	1,37
	Mais de 5 a 10 salários mínimos	20.871	1,05
	Mais de 10 salários mínimos	9.452	0,47
	Sem rendimento	12.173	0,61
Sem declaração	-	-	

Fonte: IBGE – Censo demográfico 2010. Autor: Diego Fabricio Damiani

Tabela 10 - Unipessoais (%) por classes de rendimento per capita –  
1991/2010 – Santa Catarina

Classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita		Ano		
		1991	2000	2010
Santa Catarina	Até 1 salário mínimo	1,77	1,73	2,65
	Mais de 1 a 2 salários mínimos	0,9	1,55	3,6
	Mais de 2 a 3 salários mínimos	0,46	0,97	1,6
	Mais de 3 a 5 salários mínimos	0,44	1,05	1,37
	Mais de 5 a 10 salários mínimos	0,39	1,07	1,05
	Mais de 10 salários mínimos	0,27	0,81	0,47
	Sem rendimento	0,18	0,41	0,61
	Sem declaração	0,04	-	-

Fonte: IBGE – Censo demográfico. Autor: Diego Fabricio Damiani

Na análise da série histórica (tabela 10) percebemos que houve incremento das unidades domésticas unipessoais em todas as classes de rendimento pesquisadas, com destaque para aqueles domicílios com renda domiciliar de mais de 1 a 2 salários mínimos. A classe de renda domiciliar que menos variou de 1991 a 2010, foi aquela de mais de 10 salários mínimos.

Quando na análise da responsabilidade por sexo, a maior parte destes domicílios no Estado, seja com responsabilidade masculina ou feminina, também tem rendimentos na faixa de 1 a 2 salários mínimos; 1,96% das mulheres que residem sós estavam nesta faixa de renda e para os homens desta mesma faixa foi verificado 1,64%.

Com relação à idade e renda, foi verificado que no grupo etário dos 15 aos 29, 30 a 49 e 50 a 64, a maior concentração de domicílios estava na faixa de rendimentos de 1 a 2 salários mínimos para o conjunto do Estado: 0,66%, 1,07% e 0,87%, respectivamente. Estes dados sugerem um movimento emancipatório de mulheres de baixa renda.

Garcia, Rodarte, Costa (2004) identificaram em seu trabalho sobre as transformações no segmento das famílias, que pela ausência de dependentes, em média, as pessoas que moram sozinhas gozavam de melhores condições de vida que os integrantes de outros tipos de famílias, por contarem com maior renda disponível. Contribuiu também para este quadro, o fato dessas pessoas estarem concentradas nas faixas de idade mais produtivas, e por isso, no auge das suas vidas profissionais. Também verificaram que nas seis metrópoles pesquisadas por eles, o rendimento das mulheres que moravam sozinhas era inferior ao dos homens que viviam em igual situação.

No entanto, na faixa com população idosa, a maioria destas residências tem como responsáveis uma população com renda mais baixa, na faixa de mais de ½ a 1 salário.

Segundo nos informa Camargo, Rodrigues, Machado (2011) e IPEA (2012), reconhece-se que o envelhecimento individual é um processo de perdas e dificuldades físicas, financeiras, mentais, afetivas e sociais intensas, o que traz vulnerabilidades.

Quatro são as políticas mais importantes para a população idosa, conforme nos informa IPEA (2012):

1. Renda para compensar a perda da capacidade laborativa – previdência e assistência social;
2. Saúde;
3. Cuidados de longa duração e
4. A criação de um entorno favorável - habitação, infraestrutura, acessibilidade, redução de preconceitos etc.

Sem dúvidas, esta população, fragilizada ou não, requer apoio para seguir vivendo os anos que lhe restam, de forma independente ou assistida, com dignidade e bem-estar.

Camargos, Rodrigues, Machado (2011, p. 227), nos alertam para o fato de que:

Ainda se sabe muito pouco sobre os idosos residentes em domicílios unipessoais, da forma como eles enfrentam as dificuldades do dia-a-dia, como procuram e prestam ajuda e quem faz parte de sua rede de suporte. Essas informações, no entanto, estão quase sempre ausentes das bases de dados disponíveis, uma vez que são mais apropriadamente obtidas por meio de pesquisas qualitativas.

A quantidade de resultados e tabelas que podem ser criadas quando se tem disponível os quesitos Renda (13 faixas), Microrregião (21 faixas), Idade (15 faixas), Sexo (3 faixas) e Situação do domicílio (3 faixas), são muitas, passam das milhares, por este motivo, destacaremos algumas, assim como tem sido feito até o momento.

Quando desagregamos as unipessoais por microrregiões e renda, temos os seguintes panoramas que podemos destacar:

- ✓ Canoinhas, Curitiba e Campos de Lages foram as que apresentaram um maior percentual de pessoas que residiam

sozinhas com rendimento na faixa de até 1 salário mínimo: 4,5%, 4,5% e 4,3%, respectivamente.

Em outras palavras, este dado nos mostra o seguinte, utilizando a microrregião de Canoinhas como exemplo, que do total de 10,9% de pessoas que moram sozinhas nesta microrregião, 4,5% vivem com até 1 salário mínimo. Outra interpretação é que 45% das unipessoais da microrregião de Canoinhas tem renda de até 1 salário mínimo.

- ✓ Florianópolis, Itajaí e Blumenau foram as que apresentaram um maior percentual de pessoas que residiam sozinhas com rendimento na faixa de 02 a 5 salários mínimos: 4,6%, 4,0% e 3,36%, respectivamente.

Em outras palavras, este dado nos mostra o seguinte, utilizando a microrregião de Florianópolis como exemplo, que do total de quase 15% de pessoas que moram sozinhas nesta microrregião, 4,6% tem renda de 02 a 05 salários mínimos. Só para comparação para ficar mais claro, na microrregião de Ituporanga este percentual não chega aos 2%.

A análise microrregião X idade X renda, nos mostrou que a microrregião de Curitiba é que possuía o maior percentual de idosos (homens e mulheres) vivendo sozinhos com até 1 salário mínimo: 2%.

Apesar de a microrregião do Tabuleiro ter em sua composição o maior percentual de idosos dentre todas as microrregiões do Estado, é na microrregião de Curitiba que, em números relativos, havia mais idosos residindo sós com até 1 salário mínimo de renda. Isto evidencia nessa microrregião o peso significativo de idosos vulneráveis economicamente, por exemplo.

- ✓ A microrregião de Campos de Lages possuía o maior percentual de idosas vivenda sozinhas com até 1 salário mínimo de renda: 1,22%.

Nas microrregiões de Florianópolis e Itajaí, a situação do rendimento das mulheres idosas responsáveis pelo domicílio é bem mais favorável.

Quando na análise por situação do domicílio, encontramos o seguinte:

- ✓ Encontramos que na situação rural, 1,04% das unidades unipessoais tinham renda de até 2 salários mínimos; em outras palavras, do total de 1,31% de unipessoais na situação rural, como já vimos anteriormente (tabela 7), 1,04% viviam com renda de até 2 salários, ou seja, próximo ao 100% deles.
- ✓ Encontramos um percentual maior daqueles que declararam sem renda na situação urbana (0,52%) que na rural (0,09%).

Percebemos as desigualdades de renda na sociedade catarinense nas diferenças territoriais. Os indicadores de renda em parte da população residente na microrregião de Campos de Lages e Curitibanos são menos favoráveis do que aqueles registrados na microrregião do Tabuleiro ou Concórdia, por exemplo.

## 6 CONCLUSÃO

Ao olharmos uma foto de alguma família atual, poderemos nos deparar com situações que deixariam nossos avós surpresos: aquele que parece ser o pai na verdade é o padrasto e a moça com uma criança no colo não é a mãe, mas uma meia-irmã; ou as três jovens que dividem o mesmo teto são na verdade um casal e uma amiga.

Os domicílios são formados por pessoas morando sozinhas, avós criando netos, casais sem filhos, grupos de amigos que decidem morar juntos para dividir um apartamento grande e outras tantas alternativas que citamos ao longo deste trabalho. A família catarinense aparece como uma nova família: com novo formato e conforme mostramos no trabalho, a se agrupar em tipos de famílias que diferem da composição familiar do tipo casal com filho.

A nova família, que anteriormente era definida pela obrigação ou constituía uma unidade econômica e hoje é definida pelo afeto e pelo amor que, juntamente com a atração sexual, se tornou parte fundamental para iniciar os laços do matrimônio (GIDDENS, 2006), constantemente aparece no cenário nacional, num debate em torno do presente e do futuro da instituição família e do valor da família diante da generalização do individualismo.

Registramos neste trabalho que o fenômeno das pessoas que vivem sozinhas vem se mostrando cada vez mais presente na sociedade catarinense. Tanto os dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD) como os dados censitários apontam essa tendência.

Vimos que morar sozinho depende de uma série de fatores e de eventos que vão se apresentando ao longo da vida do indivíduo; viver só traduz realidades diferentes, reveste-se de significados distintos. Não são os mesmos os processos que presidem à estruturação de uma vida autônoma para um indivíduo jovem, um adulto ou um idoso.

Para as mulheres, sem dúvida, a maior expectativa de vida tem um peso significativo na constatação de um número maior delas residindo sozinhas, considerando que aquelas acima dos 60 anos (3%) foram responsáveis por mais da metade do total dos 6,03% de domicílios unipessoais compostos por mulheres em Santa Catarina. Isto quer dizer que o processo de envelhecimento da população terá um impacto grande sobre o crescimento do percentual de pessoas que moram sozinhas e também no padrão de consumo e na demanda por habitação. É de se esperar que haja um crescimento dos domicílios

unipessoais no Estado na medida em que se aprofunda a transição demográfica (alterações nas quedas de natalidade e mortalidade) e a estrutura etária da população acompanha a elevação da idade média da população que conforme mostramos em 1991 era de 26,7 anos e em 2010 foi de 32,09 anos.

Contudo, vimos também que o fenômeno do crescimento dos domicílios unipessoais não se restringe às faixas mais velhas da população. Verificamos que nas idades mais novas da vida, encontramos uma maioria masculina como responsáveis pelos domicílios unipessoais. Pode-se dizer que a contribuição dos homens para as famílias unipessoais foi uniforme por idade, já para as mulheres, lembrando, este número foi expressivo nas faixas etárias mais avançadas, a partir dos 60 anos.

Uma análise demográfica nos mostrou que o crescimento dos domicílios unipessoais deve-se, entre outros fatores, ao processo de envelhecimento populacional. Para uma análise sociológica nos apoiamos em alguns autores que apontam para uma valorização da autonomia dos indivíduos associada à perda de importância da instituição familiar ou do que ela tem representado como instituição que intervém, que protege e que auxilia nas relações entre indivíduo e sociedade; em outras palavras, a formação das unidades unipessoais reflete a tendência a uma maior individuação das pessoas e um menor reconhecimento da família nuclear (casal com filhos) e patriarcal, por vezes marcada por fortes desigualdades de gênero, sob a liderança de um chefe mais velho, provedor e por vezes também autoritário. Referente esta análise, apresentamos a queda do arranjo casal com filho, por exemplo, em Santa Catarina.

Referente à situação do domicílio (urbana e rural) ficou claro que o expressivo número de mulheres residindo sozinhas foi um fenômeno localizado na área Urbana já que 90% das mulheres que residiam sozinhas estavam inseridas nestas áreas, percentual superior ao registrado para os homens que residiam sozinhos na mesma situação (Urbana); em outras palavras, encontramos mais mulheres responsáveis pelos domicílios unipessoais nas cidades, enquanto no campo, ou na situação Rural, encontramos mais homens residindo sozinhos.

Referente à renda destes responsáveis, percebemos que a faixa etária idosa concentrou boa parte de sua população nas classes de rendimento mais baixas, quando comparada com a dos grupos dos 30 aos 39 anos, por exemplo, indicando e reforçando a situação de vulnerabilidade desta população mais velha.

Atingimos o objetivo da pesquisa, de identificar o perfil dos indivíduos residentes nas unidades domésticas unipessoais do Estado de Santa Catarina, a partir de dados demográficos decorrentes do Censo 2010. Expomos as determinações demográficas e tentamos fornecer um olhar sociológico para compreendermos este fenômeno da formação e ascensão das unidades domésticas unipessoais em Santa Catarina. Falta-nos, contudo, informações disponíveis quanto às pesquisas que nos indiquem as motivações individuais para a formação destas unidades unipessoais; estas informações são praticamente inexistentes em nosso meio e iriam prestar contribuição importante neste campo.

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, F. R. B. As relações familiares e a organização das residências: o reflexo de uma população envelhecida. CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE PSICOGERONTOLOGIA. 3. 2009, São Paulo, SP. **Anais...** Disponível em: <[http://www.geracoes.org.br/arquivos\\_dados/foto\\_alta/arquivo\\_1\\_id-98.pdf](http://www.geracoes.org.br/arquivos_dados/foto_alta/arquivo_1_id-98.pdf)>. Acesso em: 14 fev. 2013.

ALTMANN, A. M. G. **A demografia “formal” da família:** técnicas e dados censitários. ANAIS DO IV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA ESTUDOS POPULACIONAIS, Vol. 3, São Paulo, p. 1257 – 1296. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1984/T84V03A01.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2013.

ALVES, J. E. D. **Harmonização das variáveis de domicílios dos censos demográficos de 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.** Rio de Janeiro: IBGE, 2005. Disponível em: <[http://www.ence.ibge.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=43eba9ae-04d9-4f1a-ab1f-ebe2caa6477e&groupId=37690208](http://www.ence.ibge.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=43eba9ae-04d9-4f1a-ab1f-ebe2caa6477e&groupId=37690208)>. Acesso em: 14 fev. 2013.

ALVES, J. E. D.; OLIVEIRA, E. H. O. **Domicílios unipessoais:** crescimento do número de pessoas que moram sós. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/art\\_62\\_domicilios\\_unipessoais\\_no\\_brasil\\_22set09.pdf](http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/art_62_domicilios_unipessoais_no_brasil_22set09.pdf)>. Acesso em 14 fev. 2013

ALVES, J. E. D; BARROS, L. F. W. **Domicílios unipessoais:** características por sexo e idade da “Taxa de solidão. 2008. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/unipessoais\\_e\\_taxa\\_de\\_solidao\\_1996\\_2006\\_16mai08.pdf](http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/unipessoais_e_taxa_de_solidao_1996_2006_16mai08.pdf)>. Acesso em: 14 fev. 2013.

BARRETO, L. **Triste fim de Policarpo Quaresma.** São Paulo: Klick. 1997.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BECK, U. **Liberdade ou capitalismo / Ulrich Beck conversa com Johannes Willms**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1997.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das letras, 1986.

BERQUÓ, E. S.; CAVENAGHI, S. M. **Oportunidades e Fatalidades: Um estudo demográfico das pessoas que moram sozinhas**. Associação Brasileira de Estudos da População (ABEP), 1988. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1988/T88V01A05.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2012.

BRUSCHINI, C. Uma abordagem sociológica de família. **Rev. bras. estud. popul.** vol.6 no.1, São Paulo, jan./jun. 1989.

CAETANO, A. Para uma análise sociológica da reflexividade individual. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Oeiras, n. 66, maio 2011. Disponível em <[http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0873-65292011000200008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292011000200008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 14 fev. 2013.

CAMARANO, A. A. **As novas mulheres brasileiras**. Disponível em: <[http://desafios2.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD\\_CHAVE=3028](http://desafios2.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=3028)>. Acesso em: jan. 2013.

CIOFFI, S. **Famílias metropolitanas: arranjos familiares e condições de vida**. Associação Brasileira de Estudos da População (ABEP). Caxambu-MG, 1998, v. 1. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a165.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

COULON, A. **Etnometodologia**. Petrópolis: Vozes, 1995.

FAISSOL, S. **O espaço, território, sociedade e desenvolvimento Brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.

FERNANDES, C. M; MENDONÇA, J. Perfil de mulheres responsáveis por domicílios: uma aproximação para a Bahia com base no censo. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambú, MG, **Anais...** Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/site\\_eventos\\_abep/PDF/ABEP2004\\_107.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_107.pdf)>. Acesso em: 10 fev. 2013.

FIGUEIRA, M. Maternidade em Xequê. **Revista Sociologia ciência & vida**. São Paulo, Ano II, n° 13. 2007.

GALLO, R Violência reduz número de homens no Brasil. **Revista Sociologia ciência & vida**. São Paulo, Ano I, no 12.

GARCIA, L. S.; RODARTE, M. M. S.; COSTA, P. L. Emancipação feminina e novos arranjos familiares nas regiões metropolitanas brasileiras entre as décadas de 1990 e 2000. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambú, MG, **Anais...** Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006\\_834.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_834.pdf)>. Acesso em 13 fev. 2013.

GIDDENS, A. **As Consequencias da modernidade**. São Paulo: UNESP. 1991.

\_\_\_\_\_. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

\_\_\_\_\_. **O mundo na era da globalização**. Lisboa: Presença. 2000.

GOLDANI, A. M. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 91, nov. 1994 . Disponível em <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15741994000400001&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15741994000400001&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 14 fev. 2013.

GOMES, M. M. F. **Perfil dos domicílios unipessoais da região centro-oeste: uma análise com base no Censo 2000**. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/FamPolPublicas/MariliaMiranda.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2013.

GUERREIRO, M. D. Pessoas sós: múltiplas realidades. **Sociologia problemas e práticas**. Nº 43, CIES, ISCTE, CELTA. Lisboa, 2003. p. 31-49. Disponível em:

<<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n43/n43a03.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2013.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2003. Censo demográfico 2000. **Famílias e domicílios**: resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

\_\_\_\_\_. Censo demográfico 2010. **Características da população e dos domicílios**: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas\\_da\\_populacao/resultados\\_do\\_universo.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf)>. Acesso em: 14 fev. 2013.

\_\_\_\_\_. **Famílias e domicílios**: resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2012a.

\_\_\_\_\_. **Sinopse do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011b.

\_\_\_\_\_. **Estatísticas do registro civil 2011**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012c. Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Registro\\_Civil/2011/rc2011.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Registro_Civil/2011/rc2011.pdf). Acesso em: 12 de fev. 2013

\_\_\_\_\_. **Síntese dos indicadores sociais 2008**. IBGE, Rio de Janeiro, 2009.

IPEA. **Migração interna no Brasil**. Agosto de 2010. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/100817\\_comunicadoipea61.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/100817_comunicadoipea61.pdf)>. Acesso em: 14 fev. 2013.

\_\_\_\_\_. **Tendências demográficas mostradas pela PNAD 2011**. Outubro de 2012. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/121011\\_comunicadoipea157.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/121011_comunicadoipea157.pdf)>. Acesso em: 14 fev.2013.

LIMA, E. M. de. **A proteção social no âmbito da família**: um estudo sobre as famílias do bairro monte cristo em Florianópolis. 2006, 150p.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

MAGNOLI, D.; ARAÚJO, R. **A nova geografia: estudos de geografia do Brasil**. 2. ed. rev. e aum. São Paulo: Moderna, 1996.

MATTOSINHOS, M. C. P. **A Nova Dinâmica Familiar: Características dos Arranjos Unipessoais no Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso Programa de Pós-Graduação em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Rio de Janeiro, 2006.

MEDEIROS, M. G. L. **Novos Arranjos Familiares: inquietações sociológicas e dificuldades jurídicas**. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto, MG, **Anais...** Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/gt\\_gen\\_po11\\_medeiros\\_texto.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/gt_gen_po11_medeiros_texto.pdf)>. Acesso em: 14 fev. 2013.

MEDEIROS, M.; OSÓRIO, R. **Mudanças nas famílias brasileiras: a composição dos arranjos domiciliares entre 1978 e 1998. Texto para Discussão nº 886**. Brasília, Ipea, 2002.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME **Orientações técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS – 1 ed.** Brasília. 2009.

MINUCHIN, S. **Famílias - Funcionamento e tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1992.

NASCIMENTO, A. M. do. **População e família brasileira: ontem e hoje**. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., Caxambú, MG 2006. **Anais...** Disponível em: <[http://www.nomads.usp.br/disciplinas/SAP5846/populacao\\_familia\\_na\\_scimento\\_abep06.pdf](http://www.nomads.usp.br/disciplinas/SAP5846/populacao_familia_na_scimento_abep06.pdf)>. Acesso em: 14 fev. 2013.

OLIVEIRA, Zuleica Lopes C. De. **A crise e os arranjos familiares de trabalho urbano**. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. 11., Olinda, PE 1988. **Anais...** Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1988/T88V04A25.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

ONU-HABITAT. **Estado de las ciudades de América Latina y El Caribe 2012**: Rumbo a una nueva transición urbana. 2012. p. 194. Disponível em: <[http://www.onuhabitat.org/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=816&tmpl=component&format=raw&Itemid=18](http://www.onuhabitat.org/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=816&tmpl=component&format=raw&Itemid=18)>. Acesso em: 16 fev. 2013.

PEREIRA, L. C. Modernidade, pós-modernidade e neoliberalismo. **Textos para Discussão**. no 300, Escola de Economia de São Paulo. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2011. p. 1-28. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8505/TD%20300%20-%20Luiz%20Bresser%20Pereira.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 14 fev. 2013.

RIBEIRO, R; SABOIA, A. L. **Família nas pesquisas domiciliares**: questões e propostas alternativas – Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2008. 48 p.- (Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas, ISSN 1518- 657X ; n. 30).

SENETT, R. **A corrosão do caráter**: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SIMIONATO, M. A. W.; OLIVEIRA, R. G. Funções e transformações da família ao longo da história. I ENCONTRO PARANANENSE DE PSICOPEDAGOGIA; II ENCONTRO DE PSICOPEDAGOGIA, Maringá, PR 2003. Anais ... Disponível em: <<http://www.abpp.com.br/abppprnorte/pdf/a07Simionato03.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2013.

SOARES, C. **Diferenciais de idade entre casais nas famílias brasileiras**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2008.

SOUZA, M. M. C. de. A importância de se conhecer melhor as famílias para a elaboração de políticas sociais na América Latina. **Planejamento e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro, n.º22, p. 47 –71. Dezembro 2002. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/80/163>>. Acesso em: 14 fev. 2013.

THERBORN, G. **Sexo e poder**: a família no mundo 1900 – 2000. São Paulo: Contexto, 2006.

TORRE, M. B. **O homem e a sociedade**. São Paulo: Nacional, 1984.

VIANA, N. **Introdução à sociologia**. Belo Horizonte: Autêntica. 2006.

WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K. 2004. **Monoparentalidade e chefia feminina. Conceitos, contextos e circunstâncias**. Série Antropológica. Brasília. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/XIIIencontro/woortmann.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2013.